

Comparação entre normas internacionais de avaliação

William Bert Craytor

Vol. 1, Issue 2 · Fall 2026 · Published October 1, 2026

Version 1.1.0

DOI: [10.67330/y3ejb015](https://doi.org/10.67330/y3ejb015)

© 2026 William Bert Craytor. Published by Pacific Vista Net.

This is an open-access article distributed under the terms of the [Creative Commons Attribution 4.0 License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Abstract. A prática de avaliação é regida por normas profissionais, exigências legais, regras específicas para cada trabalho, requisitos de prestação de contas e metodologias estabelecidas. A avaliação imobiliária nos Estados Unidos é fragmentada e carece de um único conjunto abrangente de normas de prática comparáveis ao RICS Red Book. Embora o USPAP e o IVS sirvam como estruturas principais, outras normas significativas incluem o RICS Red Book, as Normas Europeias de Avaliação (EVS), as Normas Uniformes Canadenses de Prática de Avaliação (CUSPAP), orientações da Austrália e da Nova Zelândia, normas federais dos EUA para aquisição de terras e normas para avaliação de empresas e relatórios financeiros. O USPAP aborda ética, competência, escopo do trabalho, desempenho e elaboração de relatórios. No entanto, as metodologias detalhadas de avaliação estão dispersas pela literatura profissional, requisitos de órgãos reguladores, regras de crédito, legislação, decisões judiciais e práticas consuetudinárias. Essa fragmentação ressalta a necessidade de distinguir entre normas de conformidade, normas de prática, doutrina metodológica e requisitos específicos de cada trabalho. O apêndice fornece, para cada jurisdição relevante, a norma de avaliação aplicável, o órgão emissor, seu status jurídico e sua relação com o IVS.

Keywords: normas de avaliação, USPAP, IVS, RICS Red Book, Normas Europeias de Avaliação, normas de prática, lei de avaliação comparativa

Contents

1	Introdução	156
2	Uma classificação funcional das normas de avaliação	157
3	USPAP	157
4	Normas Internacionais de Avaliação	157
5	Livro Vermelho da RICS	158
6	Normas Europeias de Avaliação	158
7	Normas Uniformes Canadenses de Prática Profissional de Avaliação	159
8	Austrália e Nova Zelândia	159

9 UASFLA: O Livro Amarelo dos EUA	159
10 Normas de Avaliação de Empresas	160
11 Normas de Relatórios Financeiros	160
12 Sistemas de avaliação regulatórios: a Alemanha como exemplo	160
13 Padrões de concessão de empréstimos e requisitos específicos para cada tarefa	161
14 A lacuna nas normas de prática nos EUA	161
15 Fragmentação da metodologia de avaliação nos EUA	162
16 Três níveis distintos de governança de avaliação	162
17 Uma proposta de ontologia para a governança da avaliação imobiliária	163
18 Rumo à Engenharia de Avaliação	163
19 Resumo comparativo	164
20 Conclusão	165
A Cobertura e normas em vigor	167
A.1 Matéria	167
A.2 Lista de jurisdições	167
A.3 As normas em vigor, por região	168

1 Introdução

A avaliação imobiliária é frequentemente discutida como se fosse regida por um único conjunto de normas profissionais. Na prática, a regulamentação da avaliação é estruturada em camadas. Um avaliador pode estar sujeito, simultaneamente, a normas éticas, normas profissionais gerais, legislação específica da jurisdição, requisitos de prestação de contas financeiras, regras de crédito, exigências de órgãos reguladores e expectativas metodológicas específicas para cada trabalho.

Nos Estados Unidos, as Normas Uniformes de Prática Profissional de Avaliação (USPAP) constituem a norma profissional dominante no campo da avaliação. Internacionalmente, as Normas Internacionais de Avaliação (IVS) fornecem um marco geral de avaliação amplamente reconhecido. No entanto, nem as USPAP nem as IVS, por si só, abrangem a estrutura completa da prática moderna de avaliação.

Entre os outros sistemas importantes, destacam-se:

- Avaliação da Royal Institution of Chartered Surveyors (RICS) — Padrões Globais, comumente conhecidos como “ *Red Book* ”;
- Padrões Europeus de Avaliação (EVS), comumente conhecidos como “ *Blue Book* ”;
- Padrões Uniformes Canadenses de Prática Profissional de Avaliação (CUSPAP);
- orientações da Austrália e da Nova Zelândia emitidas em conjunto com o IVS;
- Normas Uniformes de Avaliação para Aquisições de Terrenos Federais (UASFLA), comumente conhecidas como *Yellow Book* ;
- normas de avaliação de negócios da Sociedade Americana de Avaliadores (ASA);
- Declarações da AICPA sobre Normas para Serviços de Avaliação (SSVS);
- sistemas regulatórios de avaliação imobiliária, como o ImmoWertV da Alemanha; e

- estruturas de relatórios financeiros, como a IFRS 13 e a ASC 820.

Para que uma comparação seja útil, é preciso distinguir entre as diferentes funções que essas normas desempenham.

2 Uma classificação funcional das normas de avaliação

Nem todas as normas de avaliação têm a mesma finalidade. Uma taxonomia prática é a seguinte:

1. **Padrões éticos e profissionais** ,
2. **Padrões gerais de avaliação** ,
3. **Padrões de prática profissional** ,
4. **Sistemas de avaliação legais e regulatórios** ,
5. **Padrões de avaliação para fins específicos** ,
6. **Padrões de relatórios financeiros** ,
7. **Padrões de avaliação específicos para ativos** , e
8. **Especificações de relatórios e dados** .

Essa distinção é importante porque um padrão profissional que rege a conduta dos avaliadores não é a mesma coisa que um marco técnico que define uma base de valor (o tipo de valor que um laudo deve apresentar, como o valor de mercado), uma fórmula de avaliação prevista em lei ou uma especificação para relatórios hipotecários.

3 USPAP

As Normas Uniformes de Prática Profissional de Avaliação (USPAP) são as principais normas profissionais de avaliação nos Estados Unidos (The Appraisal Foundation [2024](#)). A USPAP estabelece requisitos relativos à ética, competência, escopo do trabalho, elaboração de resultados confiáveis dos trabalhos de avaliação, elaboração de relatórios e manutenção de registros.

O USPAP é deliberadamente abrangente. Sua função é, principalmente, estabelecer padrões mínimos de prática profissional de avaliação, em vez de prescrever uma metodologia técnica completa para cada tipo de problema de avaliação imobiliária.

Conceitualmente,

$$\text{USPAP} \approx \text{Ethics} + \text{Competency} + \text{Scope of Work} + \text{Performance} + \text{Reporting}$$

Portanto, o USPAP orienta os avaliadores sobre o que deve ser feito, mas, em geral, não funciona como um manual detalhado que determine exatamente como as vendas comparáveis devem ser selecionadas, como os ajustes devem ser estimados, como os modelos estatísticos devem ser construídos ou como a análise de mercado deve ser realizada.

4 Normas Internacionais de Avaliação

O Conselho Internacional de Normas de Avaliação (IVSC) publica as Normas Internacionais de Avaliação, que estabelecem um marco global para a avaliação (International Valuation Standards Council [2024](#)). As Normas Internacionais de Avaliação (IVS) abrangem princípios gerais de avaliação, bases de valor, abordagens e métodos, dados e informações de entrada, modelos, documentação e classes específicas de ativos.

O IVS tem um alcance internacional mais amplo do que o USPAP e é especialmente importante para avaliações transfronteiriças, relatórios financeiros, investimentos institucionais e prática profissional em jurisdições que o adotaram ou incorporaram.

Em linhas gerais, o IVS funciona como uma estrutura geral de avaliação internacional:

$$\text{IVS} = \text{General Valuation Principles} + \text{Bases of Value} \\ + \text{Approaches and Methods} + \text{Asset Standards}$$

O IVS é, portanto, principalmente um conjunto de normas técnicas de avaliação, e não um código de ética.

5 Livro Vermelho da RICS

O “RICS Valuation — Global Standards”, comumente conhecido como “*Red Book*”, está entre os mais importantes marcos de referência profissionais em avaliação imobiliária do mundo (Royal Institution of Chartered Surveyors 2024).

O Livro Vermelho é especialmente significativo porque incorpora o IVS e inclui os requisitos profissionais da RICS, os requisitos processuais, as regras de governança e as orientações práticas.

Isso pode ser representado conceitualmente da seguinte forma:

$$\text{RICS Red Book} \approx \text{IVS} + \text{Professional Rules} + \text{Practice Requirements} + \text{Application Guidance}$$

O Livro Vermelho e as normas profissionais da RICS relacionadas abordam questões como:

- termos de contrato;
- fundamentos de valor;
- inspeções e investigações;
- abordagens e métodos de avaliação;
- modelos de avaliação;
- documentação e registros;
- requisitos de relatórios;
- evidências comparativas;
- empréstimos garantidos;
- imóveis em desenvolvimento;
- carteiras;
- incerteza material na avaliação; e
- outras aplicações específicas.

O Livro Vermelho é, portanto, mais do que uma norma de ética e de prestação de contas; ele também vincula os padrões de avaliação de alto nível ao trabalho prático de avaliação.

6 Normas Europeias de Avaliação

O Grupo Europeu de Associações de Avaliadores (TEGoVA) publica as Normas Europeias de Avaliação, comumente conhecidas como “*Blue Book*” ((TEGoVA 2025)). Na Europa continental, as EVS são especialmente importantes para a avaliação de bens imóveis.

O EVS aborda os princípios e a prática de avaliação no contexto jurídico, financeiro e regulatório europeu. É especialmente relevante para o crédito hipotecário, a regulamentação bancária, o crédito garantido e os mercados imobiliários.

Na Europa, coexistem, portanto, duas importantes tradições profissionais:

RICS Red Book

e

TEGoVA European Valuation Standards

Elas se sobrepõem substancialmente, mas são institucionalmente distintas.

7 Normas Uniformes Canadenses de Prática Profissional de Avaliação

As Normas Uniformes Canadenses de Prática Profissional de Avaliação constituem o principal marco profissional de avaliação para os membros do Appraisal Institute do Canadá (Appraisal Institute of Canada 2026).

Uma comparação resumida e útil é:

United States → USPAP

Canada → CUSPAP

A CUSPAP estabelece requisitos de prática profissional aplicáveis à avaliação, revisão, consultoria e serviços de avaliação relacionados.

8 Austrália e Nova Zelândia

A Austrália e a Nova Zelândia não mantêm mais normas próprias de avaliação. O Instituto Imobiliário Australiano e o Instituto Imobiliário da Nova Zelândia exigem que seus membros apliquem integralmente o IVS (a edição atual, IVS 2025, entrou em vigor em 31 de janeiro de 2025) e o complementem com documentos de orientação da Austrália e da Nova Zelândia (Tabela 10).

Trata-se, portanto, de aplicações nacionais do IVS, complementadas por orientações locais, e não de estruturas distintas que operam paralelamente a ele.

Assim, a estrutura pode ser conceituada da seguinte forma:

IVS → Australia/New Zealand Guidance Papers
→ National and Application Requirements

9 UASFLA: O Livro Amarelo dos EUA

As Normas Uniformes de Avaliação para Aquisições de Terras Federais se aplicam a trabalhos de avaliação que envolvam a aquisição de direitos sobre imóveis pelo governo dos Estados Unidos.

Essas normas são comumente conhecidas como “*Livro Amarelo*” ((Interagency Land Acquisition Conference 2016)).

A UASFLA reveste-se de especial importância em questões relacionadas à desapropriação, ao direito de passagem e à aquisição de terras federais, devido à sua estreita ligação com a jurisprudência federal sobre indenização justa.

Não deve ser considerado um substituto do USPAP; trata-se, na verdade, de um sistema destinado a uma finalidade específica.

Federal Acquisition Appraisal = USPAP + UASFLA + Applicable Federal Law

Uma avaliação pode estar em conformidade com as normas gerais da USPAP e, mesmo assim, não atender aos requisitos federais de aquisição.

Nos casos em que a UASFLA e a USPAP entram em conflito, como na relação entre o valor e o tempo de exposição (o tempo que o imóvel teria permanecido no mercado antes de uma venda, de acordo com o parecer de avaliação na data efetiva, conforme definido pela USPAP), o avaliador invoca a Regra de Exceção Jurisdicional da USPAP e segue a UASFLA (UASFLA §§ 1.2.4, 1.2.7.2).

10 Normas de Avaliação de Empresas

A avaliação vai além dos bens imóveis. As principais normas de avaliação de empresas nos Estados Unidos incluem as da Sociedade Americana de Avaliadores (American Society of Appraisers) e as Declarações sobre Normas para Serviços de Avaliação da AICPA ((American Society of Appraisers [2022](#); American Institute of Certified Public Accountants [2007](#))).

Essas normas são relevantes para:

- empresas comerciais;
- títulos e valores mobiliários;
- ativos intangíveis;
- propriedade intelectual; e
- participações societárias.

Assim, uma classificação abrangente dos padrões de avaliação deve reconhecer que a avaliação é uma disciplina que abrange diversos ativos.

11 Normas de Relatórios Financeiros

As normas de relatórios financeiros influenciam fortemente a avaliação, mas não funcionam da mesma forma que a USPAP ou o Livro Vermelho da RICS.

Dois exemplos importantes são:

- IFRS 13 — Mensuração do valor justo (International Accounting Standards Board [2011](#)) ; e
- ASC 820 — Mensuração do valor justo (Financial Accounting Standards Board [n.d.](#)) .

Essas normas definem como o valor justo deve ser entendido e mensurado para fins de prestação de contas financeiras.

Essa distinção pode ser expressa da seguinte forma:

USPAP / IVS / RICS → How valuation services are performed
considerando que

IFRS 13 / ASC 820 → What accounting measurement is required

As normas de relatório financeiro regem os objetivos da avaliação, enquanto as normas profissionais de avaliação regem a conduta e o processo do avaliador.

12 Sistemas de avaliação regulatórios: a Alemanha como exemplo

A Alemanha oferece um exemplo de uma abordagem regulatória mais explícita: a Immobilienwertermittlungsverordnung (ImmoWertV), um regulamento federal, estabelece os métodos de avaliação de imóveis (Bundesrepublik Deutschland [2021](#)). O contraste com a USPAP é fundamental: a USPAP é, principalmente, um padrão de conduta profissional e de desempenho mínimo, enquanto a ImmoWertV prescreve a metodologia por meio de regulamentação federal.

USPAP → Professional Standards

ImmoWertV → Statutory / Regulatory Valuation Methodology

Essa distinção é de grande relevância para a jurisprudência em matéria de avaliação comparativa.

13 Padrões de concessão de empréstimos e requisitos específicos para cada tarefa

O crédito imobiliário cria mais um nível de governança de avaliação.

Nos Estados Unidos, uma avaliação pode ser influenciada por requisitos impostos por:

-
-
-
-
-
-
-

Esses requisitos não substituem a USPAP.

Em vez disso,

$$\begin{aligned} \text{Applicable Appraisal Requirements} &= \text{USPAP} + \text{Regulation} \\ &+ \text{Agency Rules} + \text{Assignment Conditions} \end{aligned}$$

O Conjunto de Dados Uniforme de Avaliação (UAD), incluindo versões posteriores, como o UAD 3.6, deve ser classificado mais como uma especificação de relatórios e dados do que como uma norma geral de avaliação (Freddie Mac [n.d.](#)).

14 A lacuna nas normas de prática nos EUA

Uma diferença estrutural significativa surge quando se compara a prática de avaliação nos Estados Unidos com o sistema da RICS.

Os Estados Unidos contam com o USPAP como um marco de normas éticas e de desempenho, mas carecem de um marco único e abrangente para as práticas de avaliação imobiliária equivalente ao Red Book da RICS.

O USPAP geralmente aborda:

- ética;
- competência;
- escopo do trabalho;
- resultados confiáveis das tarefas;
- elaboração de relatórios; e
- manutenção de registros.

O que falta é um conjunto unificado e detalhado de princípios práticos obrigatórios ou quase obrigatórios que especifique como a análise de avaliação imobiliária deve ser normalmente realizada.

Em contrapartida, a RICS publica suas normas obrigatórias e suas orientações consultivas para aplicação (as VPGAs) em um único documento.

Assim, uma distinção útil é:

$$\text{USPAP} \approx \text{Ethics} + \text{Minimum Performance Requirements}$$

considerando que

$$\begin{aligned} \text{RICS Red Book} &\approx \text{Professional Standards} + \text{Valuation Process Standards} \\ &+ \text{Practice Guidance} + \text{Application Guidance} \end{aligned}$$

15 Fragmentação da metodologia de avaliação nos EUA

O material que, em conjunto, desempenha a função de um equivalente ao “Red Book” nos Estados Unidos está disperso por diversas fontes.

Entre elas estão:

- USPAP;
- : material consultivo da Appraisal Foundation;
- : livros didáticos e literatura profissional do Appraisal Institute;
- : requisitos da Fannie Mae e da Freddie Mac;
- : requisitos da FHA e do VA;
- : regulamentação bancária federal;
- UASFLA;
- estatutos e regulamentos estaduais de avaliação;
- decisões judiciais;
- requisitos específicos de órgãos;
- normas técnicas da IAAO para avaliação em massa (Norma sobre Avaliação em Massa de Bens Imóveis, Norma sobre Estudos de Relação e outras); e
- prática profissional habitual.

Não existe um único documento que declare de forma abrangente:

Aqui está a metodologia profissional geralmente aceita para realizar uma avaliação de imóveis.

O Appraisal Institute preenche parcialmente essa lacuna por meio do *manual “The Appraisal of Real Estate”* ((Appraisal Institute 2020)), além de cursos profissionais, monografias, artigos e outra literatura metodológica.

Esse conjunto de trabalhos descreve um processo geral como, por exemplo:

Market Analysis → Highest and Best Use → Data Analysis
→ Approaches to Value → Reconciliation

No entanto, tal metodologia não é automaticamente obrigatória apenas pelo fato de uma avaliação ser realizada de acordo com a USPAP.

O sistema dos EUA, portanto, separa, de forma mais nítida do que a RICS, os padrões profissionais da metodologia profissional.

16 Três níveis distintos de governança de avaliação

Um modelo analítico útil divide a governança da avaliação em pelo menos três níveis:

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. Ethics and Professional Conduct2. Valuation Performance Standards3. Valuation Practice and Methodology Standards |
|---|

O USPAP aborda detalhadamente os Níveis 1 e 2.

Para a avaliação de um imóvel específico — a que este artigo limita essa afirmação —, os Estados Unidos não dispõem de um padrão de Nível 3 universalmente aplicável; em vez disso, o Nível 3 está disperso por livros didáticos, formação profissional, normas de órgãos reguladores, exigências de instituições financeiras, orientações regulatórias, precedentes judiciais e práticas profissionais consuetudinárias, enquanto a RICS se aproxima mais da integração de todos os três níveis.

As duas classificações se sobrepõem, em vez de corresponderem uma a uma: os Níveis 1–2 se enquadram na camada 1 da Figura 1, o Nível 3 nas camadas 3–4, e a camada 2 (IVS) abrange todos os três Níveis.

17 Uma proposta de ontologia para a governança da avaliação imobiliária

Figura 1 organiza essa ontologia (uma classificação dos tipos de regras e de como elas se relacionam) em seis camadas, da mais geral à mais específica para cada atribuição.

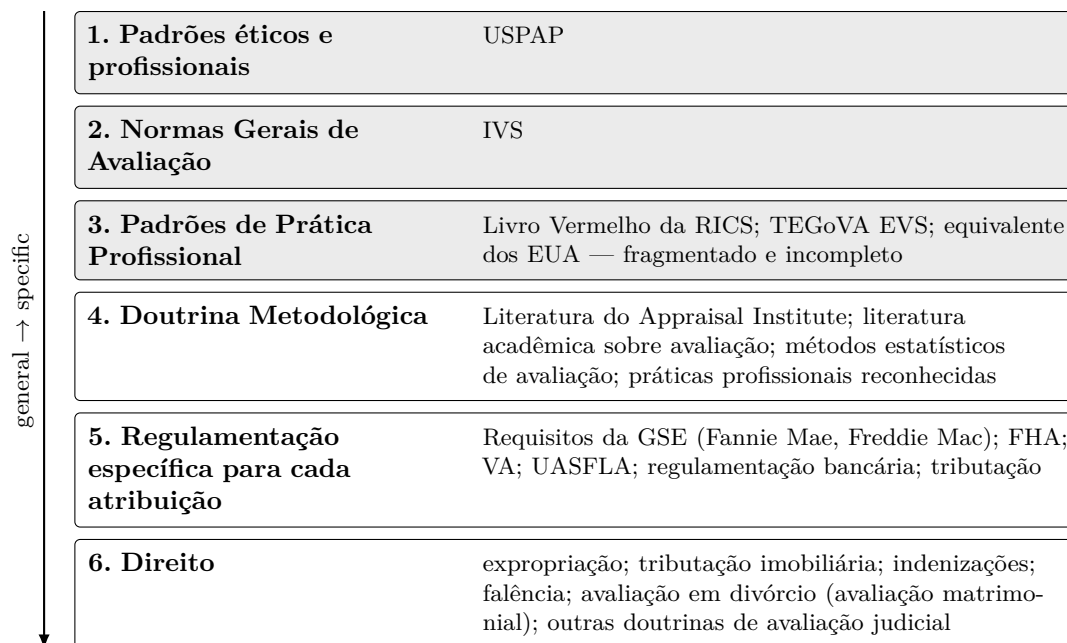


Figure 1: Uma ontologia da governança da avaliação imobiliária: seis camadas, desde normas de conduta até as doutrinas judiciais que vinculam avaliações específicas. As camadas sombreadas são normas no sentido estrito; as demais são doutrina, regulamentação e jurisprudência.

Essa estrutura evita tratar todas as regras relacionadas à avaliação como se fossem do mesmo tipo de norma.

18 Rumo à Engenharia de Avaliação

A distinção entre normas de conformidade e normas de prática aponta para um conceito mais amplo: *a engenharia de avaliação de ativos*.

Uma estrutura de engenharia de avaliação não se limitaria a determinar se uma avaliação está em conformidade com o USPAP; ela formalizaria o processo analítico que leva a conclusões de avaliação confiáveis.

A Figura 2 apresenta um esboço dessa estrutura.

Essa abordagem reconhece que a conformidade da avaliação e a metodologia de avaliação são diferentes.

Uma avaliação pode estar em conformidade, do ponto de vista processual, com os padrões profissionais, mesmo que utilize métodos analíticos deficientes. Por outro lado, uma análise quantitativa sofisticada ainda deve cumprir as obrigações éticas, legais e de prestação de contas.

A engenharia de avaliação pode, portanto, ser representada da seguinte forma:

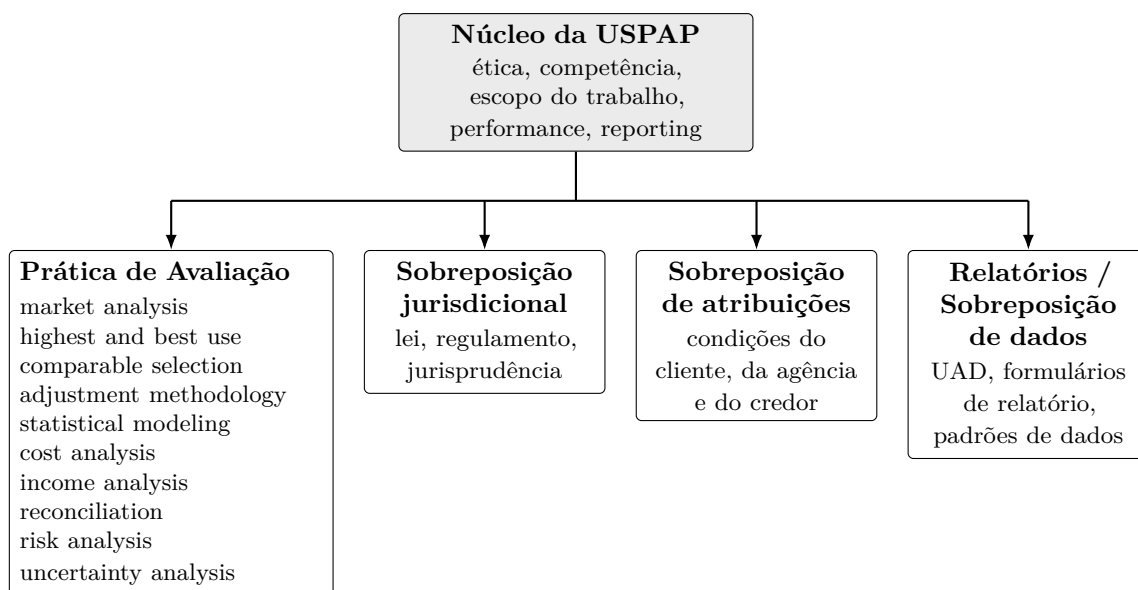


Figure 2: O sistema de engenharia de avaliação “ ” dos EUA: o USPAP como núcleo de conduta, uma camada prática abaixo dele e três camadas superpostas que variam de acordo com a jurisdição, a atribuição e o regime de relatórios.

$$\text{Valuation Engineering} = \text{Standards} + \text{Methodology} + \text{Statistics} \\ + \text{Jurisprudence} + \text{Risk Analysis} + \text{Workflow Engineering}$$

Nessa perspectiva, a ausência de um conjunto de padrões de prática nos EUA torna-se particularmente importante.

19 Resumo comparativo

Table 1: Resumo comparativo das estruturas de governança de avaliação

Estrutura	Jurisdição / Órgão	Função principal	Personagem
USPAP	Estados Unidos / Appraisal Foundation	Normas profissionais de avaliação	Ética, competência, escopo, desempenho, prestação de contas
IVS	Internacional / IVSC	Normas gerais de avaliação	Fundamentos de valor, abordagens, métodos, padrões de ativos
Livro Vermelho da RICS	Internacional / RICS	Estrutura profissional e prática	IVS plus: regras profissionais, requisitos de processo e orientações práticas
EVS	Europa / TEGoVA	Padrões europeus de avaliação	Padrões profissionais voltados para o setor imobiliário, elaborados tendo em vista a regulação da UE sobre empréstimos

Estrutura	Jurisdição / Órgão	Função principal	Personagem
CUSPAP	Canadá / Instituto de Avaliação do Canadá	Normas profissionais de avaliação	Estrutura profissional nacional do Canadá
Documentos de orientação sobre IVS com API / PINZ	Austrália e Nova Zelândia	IVS, obrigatório para os membros	O IVS foi adotado na íntegra; orientações locais o complementam
UASFLA	Governo Federal dos Estados Unidos	Avaliação de aquisição de terras federais	Com finalidade específica; intimamente ligado à lei da justa remuneração
Normas da ASA	Estados Unidos / ASA	Avaliação de empresas e ativos	Avaliação de negócios, ativos intangíveis, máquinas e itens relacionados
AICPA SSVS	Estados Unidos / AICPA	Serviços de avaliação de empresas	Padrões profissionais para trabalhos de avaliação
ImmoWertV	Alemanha	Regulamentação federal da avaliação de imóveis	Metodologia prescrita por regulamento nos termos do Código Federal de Construção (Baugesetzbuch, lei alemã de planejamento e uso do solo)
IFRS 13	Contabilidade internacional	Avaliação pelo valor justo	Define o objetivo de mensuração dos relatórios financeiros
ASC 820	Contabilidade nos Estados Unidos	Avaliação pelo valor justo	Estrutura de valor justo segundo os princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA (U.S. GAAP)

20 Conclusão

A governança internacional em matéria de avaliação é melhor compreendida como um sistema em camadas, e não como uma única hierarquia de normas concorrentes.

O USPAP continua sendo a principal norma de avaliação profissional nos Estados Unidos. O IVS oferece um amplo marco internacional de avaliação. O RICS acrescenta uma importante dimensão de prática profissional, integrando o IVS com orientações detalhadas sobre procedimentos, aspectos técnicos e aplicação. O EVS desempenha uma função semelhante, mas distinta, na Europa continental, enquanto outros sistemas nacionais e específicos para determinadas finalidades atendem a jurisdições e objetivos de avaliação específicos.

A comparação revela uma característica estrutural notável da avaliação imobiliária nos Estados Unidos: o país carece de um conjunto único e de aplicação geral de normas de prática profissional equivalente ao “Red Book” da RICS.

Em vez disso, a metodologia de avaliação dos EUA está distribuída entre a literatura especializada, regulamentações governamentais, normas de órgãos reguladores, decisões judiciais, exigências de credores e práticas habituais.

Essa distinção sugere que os esforços futuros para formalizar as práticas de avaliação devem distinguir quatro questões:

1. Quais são as obrigações éticas e profissionais que regem a atuação do avaliador?
2. O que constitui uma avaliação tecnicamente aceitável?

3. Quais métodos analíticos constituem uma prática profissional defensável?
4. Quais regras adicionais, específicas da jurisdição ou do trabalho em questão, se aplicam?

Uma estrutura formal de engenharia de avaliação poderia proporcionar a integração que falta entre essas camadas. Tal estrutura complementar a USPAP, em vez de substituí-la, ao mesmo tempo em que proporcionaria uma arquitetura metodológica explícita comparável em termos de função — embora não necessariamente em termos de forma institucional — à estrutura orientada para a prática do RICS Red Book.

A Cobertura e normas em vigor

A.1 Matéria

A revista tem como objetivo cobrir todos os países cujo produto interno bruto nominal ultrapasse US\$100 bilhões — a projeção nominal do Fundo Monetário Internacional para 2026 (International Monetary Fund 2026) — juntamente com um pequeno número de jurisdições abaixo desse limite, incluídas seja porque a riqueza está concentrada nelas de forma desproporcional em relação ao seu tamanho — sendo as Ilhas Caimão o exemplo típico —, seja para completar uma região já coberta, sendo os menores Estados-membros da União Europeia o exemplo típico.

Algumas jurisdições não foram incluídas porque seus governos são autoritários (na faixa mais baixa do *Índice de Democracia 2025* da Economist Intelligence Unit (Economist Intelligence Unit 2026)) e seus registros judiciais são de difícil acesso. Trata-se de uma limitação prática, e não de uma regra: nos casos em que foi possível obter acesso à legislação e às decisões de tal jurisdição, ela foi incluída na pesquisa.

A.2 Lista de jurisdições

A tabela 2 lista as jurisdições acima do limite, agrupadas da mesma forma que as agrupam as edições da seção *Decisões judiciais recentes* da revista, com o PIB em bilhões de US\$. Entre os países acima do limite com governos autoritários, este número analisa a Rússia, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Egito, a Argélia, o Iraque, o Catar, o Kuwait, Angola, a República Democrática do Congo, a Etiópia e Omã, e não analisa a China (com Hong Kong), o Vietnã, o Cazaquistão, o Irã, o Uzbequistão, a Venezuela nem a Bielorrússia. Os padrões de todos eles estão registrados nas tabelas regionais abaixo, onde a pesquisa os alcançou, uma vez que a argumentação comparativa deste artigo não depende de quais jurisdições as edições sobre decisões judiciais alcançam.

Região	Jurisdições acima do limite (PIB, US\$ bilhões)
América do Norte	Estados Unidos 32.384; Canadá 2.507; México 2.121; Porto Rico 129 (território dos EUA)
América Central e Caribe	República Dominicana 136; Guatemala 129; Costa Rica 110
América do Sul	Brasil 2.636; Argentina 688; Colômbia 540; Chile 408; Peru 381; Equador 138; Venezuela 111*
Reino Unido e Irlanda	Reino Unido 4.265; Irlanda 779
Europa Ocidental e do Norte	Alemanha 5.453; França 3.596; Itália 2.738; Espanha 2.091; Países Baixos 1.450; Suíça 1.147; Bélgica 777; Suécia 760; Áustria 624; Noruega 599; Dinamarca 504; Portugal 381; Finlândia 338; Grécia 308; Luxemburgo 110
Europa Central e Oriental	Polônia 1.134; Romênia 481; República Tcheca 433; Hungria 271; Ucrânia 225; Eslováquia 169; Bulgária 148; Croácia 117; Sérvia 112; Lituânia 106
Oriente Médio e Norte da África	Turquia 1.640; Arábia Saudita 1.389; Israel 720; Emirados Árabes Unidos 622; Egito 430; Argélia 317; Irã 300*; Iraque 265; Catar 217; Marrocos 194; Kuwait 173; Omã 117
Rússia, Bielorrússia e Ásia Central	Rússia 2.656; Cazaquistão 360*; Uzbequistão 182*; Bielorrússia 102*
África Subsaariana	África do Sul 480; Nigéria 377; Angola 152; Quênia 147; República Democrática do Congo 123; Etiópia 122; Gana 118; Costa do Marfim 112
Sul da Ásia	Índia 4.153; Bangladesh 511; Paquistão 408 (Estimativa para 2025; o WEO não apresenta nenhuma projeção para 2026 para o Paquistão)
Sudeste Asiático	Indonésia 1.540; Cingapura 660; Tailândia 580; Vietnã 527*; Malásia 516; Filipinas 512
Ásia Oriental e Oceania	China (com Hong Kong) 21.302*; Japão 4.379; Coreia do Sul 1.931; Taiwan 977 Austrália 2.124; Nova Zelândia 279
<i>Abaixo do limite, para fins de exaustividade (proposta): os Estados-membros da UE Eslovênia, Estônia, Letônia, Chipre e Malta; as Ilhas Cayman, com Bermudas, Bahamas, Jersey, Guernsey, Ilha de Man, Mônaco e Liechtenstein como candidatos, seguindo a mesma lógica; e as jurisdições que estão logo abaixo do limite e já são abrangidas por uma edição da seção: Uruguai, Panamá, Bolívia, Paraguai, Guiana, Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Moldávia e os países caribenhos da Comunidade Britânica.</i>	

Table 2: Jurisdições acima do limite de cobertura, por região. PIB: valor nominal do FMI, projeção para 2026 (Perspectivas Econômicas Mundiais, abril de 2026). * Acima do limite, mas não incluídas na pesquisa desta edição (ver o texto). O valor referente à China (incluindo Hong Kong) é a soma dos valores do FMI para a China (20.852) e para a RAE de Hong Kong (450).

A.3 As normas em vigor, por região

Cada tabela a seguir apresenta, para uma região, a norma de avaliação vigente, o órgão responsável por sua emissão ou aplicação, seu status jurídico, sua relação com as Normas Internacionais de Avaliação, sua edição atual e se uma licença ou registro obrigatório é exigido para o exercício da profissão. “*Obrigatório*” significa vinculativo por lei ou regulamento; “*profissional*” significa vinculativo para os membros de um órgão; “*consultivo*” significa que não é vinculativo em nenhum dos casos. Uma cruz (†) indica um fato que a pesquisa não conseguiu confirmar com base em uma fonte primária.

Três padrões se repetem e vale a pena mencioná-los antes das tabelas. Em primeiro lugar, a adoção formal do IVS por meio de lei ou Regulação é hoje comum fora do mundo anglo-americano: Turquia, Arábia Saudita, Bahrein, Dubai, África do Sul, Nigéria, Malásia, Filipinas e, no âmbito de processos de insolvência, Índia — todos exigem por lei que seus avaliadores, dentro dos domínios estabelecidos pelas tabelas, apliquem o IVS ou uma norma nacional baseada nele. Em segundo lugar, o modelo regulatório-metodológico que este artigo ilustra com o ImmoWertV da Alemanha tem equivalentes no Japão, na Coreia do Sul, em Taiwan, no Peru, na Argentina,

na Polônia, na Tchequia e no Vietnã, cada um dos quais define métodos por meio de norma ministerial, em vez de norma profissional. Em terceiro lugar, em grande parte da América Latina (incluindo a América Central e a República Dominicana) e do Sul da Ásia, a regra vigente é a regulamentação de garantias de um órgão de supervisão bancária e um registro de avaliadores aprovados, sem qualquer norma geral de avaliação.

Table 3: África Subsaariana e Norte da África.

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
África do Sul	Normas Sul-Africanas de Avaliação (SAVS): IVS mais Avaliações Municipais para Fiscoção de Imóveis	SACPVP (conselho estatutário); SAIV (instituto)	Exigência legal: os avaliadores registrados devem cumprir	O IVS foi adotado com um suplemento nacional; a SACPVP, a SAIV, a SAICA e o Avaliador-Geral são membros do IVSC	Página da SAVS atualizada em janeiro de 2025; IVS de 2025 implícito [†]	Lei nº 47 de 2000 sobre a Profissão de Avaliadores de Imóveis; Registro da SACPVP
Nigéria	Normas de Avaliação da Nigéria (o Livro Verde)	ESVARBON (conselho estatutário); NIESV (instituto)	Legislativo: aplica-se aos agrimensores e avaliadores registrados	O IVS foi adotado na íntegra, de acordo com as orientações nacionais; três membros nigerianos do IVSC	1ª ed. 2018 [†]	Registro da ESVARBON nos termos da Lei de 1975
Quênia	Normas de Avaliação do Quênia de 2021, além do IVS	Conselho de Registro de Avaliadores (órgão regulatório); ISK (instituto, membro do IVSC)	Profissional (KVS); registro obrigatório	Alinhado; a ISK faz referência ao KVS 2021, ao IVS 2025 e ao Livro Vermelho	2021	Lei dos Avaliadores, Cap. 532; Registro do VRB
Gana	Não é uma organização nacional; os membros utilizam o IVS e o Livro Vermelho	GhIS (membro do IVSC)	Somente para profissionais	Alinhado por meio da filiação	—	Não há registro legal; projeto de lei do Conselho de Levantamento Topográfico em tramitação (fevereiro de 2026)
Egito	Normas Egípcias de Avaliação Imobiliária, 2ª ed. (romanizado: al-Ma"ayir al-Misriyya li-l-Taqyim al-'Aqari)	Autoridade de Regulamentação Financeira (Lei nº 10/2009)	Normas regulatórias para avaliadores registrados na FRA	Em consonância com o IVS 2025	Decisão nº 191/2026 do Conselho da FRA (1ª ed. 2015)	Registro da FRA de peritos em reavaliação de ativos; o Banco CBE mantém uma lista separada
Marrocos	Não é exigido por lei; o estatuto da AMEI (2017) segue o modelo do estatuto francês; a RICS e a IVS são utilizadas pelas principais empresas	AMEI (associação); tribunais para peritos judiciais	Aviso: apenas o título de <i>"expert judiciaire"</i> é protegido	Alinhado informalmente; não é membro do IVSC	Carta de 2017	Não há registro de avaliadores; apenas listas de peritos judiciais
Tanzânia	Normas "estabelecidas" pelo Conselho (art. 13(m)); nenhuma publicada	Conselho de Registro de Avaliadores; Avaliador-Chefe	Legal	Não consta da Lei [†] ; não é membro do IVSC	Lei nº 7 de 2016 (Cap. 138 R.E. 2023)	VVRA 2016; certificado anual de exercício profissional

continuação

Table 3: África Subsaariana e Norte da África (*continuação*)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Uganda	Em tramitação: normas a serem emitidas nos termos da Lei de Avaliação de 2025	Instituto de Avaliadores Certificados de Uganda (novo)	Legal	IVS não é mencionado na Lei [†]	Aprovada em 4 de setembro de 2025, sancionada em 19 de fevereiro de 2026	É obrigatório ser membro da ICVU
Ruanda	Manual do Avaliador da IRPV	Instituto de Avaliadores Imobiliários (membro do IVSC)	Legislativo (Lei nº 17/2010)	Alinhado	Lei nº 17/2010	Certificação IRPV
Etiópia	Proclamação nº 1357/2024 (desenvolvimento imobiliário, comercialização e avaliação)	Autoridades federais e regionais de licenciamento [†]	Legal	Independente; sem referência ao IVS; não é membro do IVSC	Publicado no Diário Oficial em 31 de março de 2025	Licença profissional e comercial, revisão trienal
Zâmbia	Nenhuma publicada; a ZIVS regulamenta os treinos	Instituto de Avaliação da Zâmbia (órgão oficial, membro do IVSC)	Legal	Alinhado por meio do IVSC [†]	Lei ZIVS de 2023	Registro ZIVS
Zimbábue	Nenhum publicado	Conselho de Avaliadores do Zimbábue (órgão regulamentar, membro do IVSC)	Legal	Desconhecido [†]	Lei dos Avaliadores, Cap. 27:18 (1996)	Registro do Conselho de Avaliadores
Botsuana	Nenhuma; o instituto não emite normas e não exige o uso do IVS	Conselho Consultivo do Setor Imobiliário (previsto em lei); REIB (membro do IVSC)	Registro legal, sem norma	Membro do IVSC sem IVS obrigatório	Lei dos Profissionais do Setor Imobiliário de 2003	Registro REAC
Ilha Maurício	Nenhum; os profissionais utilizam o Livro Vermelho e o IVS	Departamento de Avaliação do Governo (tributação)	Não foi encontrado nenhum registro legal [†]	Em conformidade com a RICS	—	Status de facto da RICS
Senegal	Nenhuma; a ONES possui uma seção de <i>évaluation immobilière</i>	Ordre national des Experts du Sénégal	Legislativo (Lei 2017-16)	Independente	2017	É necessário estar inscrito no cadastro da ONES
Costa do Marfim	Nenhuma; existe uma câmara voluntária de especialistas	Ordre des Géomètres-Experts (legal); CNEI-CI (voluntária)	Não foi encontrada nenhuma lei sobre avaliadores [†]	Independente	—	Somente o cadastro de <i>géomètres-experts</i>
Camarões	Nenhum encontrado	A MINHDU concede licenças a agentes e promotores	Não foi encontrada nenhuma lei relativa a avaliadores [†]	Independente	—	Não foi encontrado nenhum registro de avaliador

Notas. A África do Sul e a Nigéria são os casos africanos em que um órgão estatutário adotou o IVS como vinculativo. As Leis Uniformes da OHADA não regulamentam a avaliação; a Lei Uniforme sobre Títulos (2010) limita-se a fazer referência à avaliação de um perito em caso de execução hipotecária. Não existe uma norma pan-africana: a AfRES é uma sociedade de pesquisa sem mandato para estabelecer normas, e não foi encontrado nenhum acordo de reconhecimento mútuo da Comunidade da África Oriental para avaliadores. Fontes: (South African Council for the Property Valuers Profession [2025](#); Republic of South Africa [2000](#); Nigerian Institution of Estate Surveyors and Valuers [2018](#); Republic of Kenya [n.d.](#); Institution of Surveyors of Kenya [2025](#); Ghana Institution of Surveyors [n.d.](#); Daily News Egypt [2026](#); Association Marocaine des Experts Immobiliers [2017](#); United Republic of Tanzania [2016](#); Parliament of Uganda [2025](#); Republic of Rwanda [2010](#); Dablo Law Firm [2025](#); International Valuation Standards Council [n.d.\[b\]](#)).

Table 4: Turquia e Oriente Médio.

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Turquia	<i>Uluslararası Değerleme Standartları</i> (UDS): IVS em turco, publicadas pela TDUB e pela TSPB nos termos do Comunicado III-62.1 da SPK	SPK (órgão regulador); TDUB (órgão de autorregulação previsto em lei, Lei dos Mercados de Capitais nº 6362, art. 76)	Exigência legal: obrigatório para avaliações no mercado de capitais; o BDDK exige que as avaliações de garantias bancárias sejam realizadas por empresas autorizadas	Adotado literalmente por meio de tradução, aprovado pela SPK para cada edição; a TDUB é membro da IVSC e da TEGoVA	III-62.1 (OG 29966, 1º de fevereiro de 2017); IVS 2017 aprovado em 22 de junho de 2017; a edição turca atual provavelmente é a IVS 2022 [†]	<i>Gayrimenkul Değerleme Lisansı</i> , por meio de exame e registro (SPL); filiação à TDUB obrigatória
Arábia Saudita	IVS (em árabe, tradução licenciada pela Taqem desde 2013) e os manuais setoriais da Taqem	Taqem, a Autoridade Saudita para Avaliadores Credenciados	Base legal: Lei dos Avaliadores Credenciados, Decreto Real M/43 (2012)	Aprovado na íntegra; a legislação local prevalece e quaisquer divergências devem ser divulgadas; a Taqem é membro da IVSC	Edição atual do IVS [†]	Registro de acreditação do Taqem
Emirados Árabes Unidos (Dubai)	O Livro dos Emirados (Livro de Avaliação de Imóveis)	Departamento de Terras de Dubai / RERA	Base legal: Resolução do Conselho Executivo nº 37/2015; Resolução Administrativa nº 67/2020	Incorpora a versão mais recente do IVS (atualização de 2019 com o IVSC); a DLD é membro do IVSC	2019 [†]	Lista de avaliadores da RERA, renovação anual
Emirados Árabes Unidos (Abu Dhabi)	IVS adotado (2018); ADREVS citado por prestadores de treinamento	DMT / ADREC	Base legal: Lei nº 3/2015, conforme alterada em 2025, relativa às licenças de avaliadores	Aprovado; o departamento é membro do IVSC	Edição [†]	Licença DMT/ADREC com curso de renovação
Catar	Nenhum específico; Aqarat apresenta critérios de avaliação (2026)	Aqarat (Decreto 28/2023); Comissão de Registro do Ministério da Justiça (Lei 5/2024)	Marco legal; assessoria em normas	Não houve adoção formal; a QIA é membro da IVSC	Lei nº 5/2024	Em formação [†]
Bahrein	Normas de Avaliação do Bahrein (BVS)	RERA	Legislação: Lei nº 27/2017, Decreto nº 69/2017, Resolução nº 2/2019	O IVS foi adotado na íntegra, com o suplemento nacional (BVS 101–105, 400, 410) e um anexo do Livro Vermelho	BVS 2022 (primeira edição em 2019)	Licença da RERA, renovação anual

continuação

Table 4: Turquia e Oriente Médio (*continuação*)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Kuwait	Nenhuma; as normas para peritos do Ministério da Justiça (Decisão 585/2026) exigem “padrões profissionais”	Ministério do Comércio e da Indústria	Licenciamento legal; sem norma vinculativa	A associação de avaliadores (membro da IVSC) promove a IVS	2010; 2026	Registro de avaliadores do Ministério do Comércio e Indústria (MoCI)
Omã	Nenhuma específica	Ministério da Habitação e do Planejamento Urbano	Legislação: O Decreto Real nº 79/2025 trata da avaliação; regulação ainda pendente	Não houve adoção formal; a Autoridade de Investimentos é membro da IVSC	2025	Cadastro dos trabalhadores do setor [†]
Israel	Normas de Avaliação Imobiliária, 22 aprovadas (romanização: Takanei Shamaut Mekarke'in)	Conselho de Avaliadores Imobiliários (Ministério da Justiça); Comitê de Normas desde 2005	Legislação: Lei dos Avaliadores Imobiliários 5761-2001	Independente e baseado em regras; não está em conformidade com o IVS; a IREAA (membro do IVSC) traduziu o IVS para o hebraico	Emitido de 2006 até hoje	Licença e registro da Câmara Municipal
Jordânia	Nenhuma; as instruções do DLS “levam em consideração as normas internacionais”	Departamento de Terras e Levantamento Topográfico	Base legal: Lei nº 38/1980; Regulamento nº 37/2020 sobre avaliação imobiliária e registro de avaliadores, que substitui o regulamento de 2004; registro obrigatório	Não houve adoção formal; não é membro da IVSC	2020	Registro de avaliadores da DLS
Líbano	Nenhum identificado [†]	Peritos juramentados do Ministério da Justiça; listas do Banco Central	—	Não é membro da IVSC	—	Sem licença exclusiva
Irã	Nenhum identificado; peritos oficiais do Poder Judiciário	Poder Judiciário	—	Não é membro da IVSC	—	Certificação de especialista exclusivamente em [†]
Iraque	Lei nº 85/1978 sobre Avaliação Imobiliária (fiscal e de fixação de preços pelo Estado)	Comissão Geral de Impostos	Exigência legal, mas não uma norma profissional	Nenhum	1978	Nenhum encontrado [†]

Notas. O Comunicado n.ºé, III-62.1, substituiu o Comunicado n.ºé, Série VIII, n.º , 45, de 2006; o BDDK exige que a avaliação das garantias bancárias seja realizada por empresas autorizadas pelo BDDK ou pela SPK, mas não publica nenhuma norma própria. A própria posição da Taqueem é que os IVS são “as normas centrais ... e, portanto, são obrigatórios”, com multas, suspensão e prisão em caso de violação. Dubai e Abu Dhabi concedem licenças separadamente; não há uma norma federal nos Emirados Árabes Unidos. As normas de Israel foram parcialmente inspiradas nas diretrizes da Fannie Mae e não possuem integração formal com as IVS. Fontes: (Hashemite Kingdom of Jordan [2020](#); Sermaye Piyasası Kurulu [2017](#); Türkiye Değerleme Uzmanları Birliği [2017](#); Sermaye Piyasası Lisanslama Sicil ve Eğitim Kuruluşu [n.d.](#); International Valuation Standards Council [2021](#); Government of Dubai [2015](#); International Valuation Standards Council [2019](#); International Valuation Standards Council [2018](#); Real Estate Regulatory Authority, Kingdom of Bahrain [2022](#); Sultanate of Oman [2025](#); Financial Regulatory Authority, Egypt [n.d.](#); Royal Institution of Chartered Surveyors [n.d.](#); International Valuation Standards Council [n.d.\[a\]](#); Aqarat, Real Estate Regulatory Authority, Qatar [n.d.](#); Times Kuwait [2026](#)).

Table 5: Sudeste Asiático.

Jurisdicção	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Cingapura	Normas de Avaliação e Diretrizes Práticas da SISV	Instituto de Agrimensores e Avaliadores de Cingapura	Profissional; as regras de listagem da SGX fazem referência a isso	Alinhado e atualizado para seguir o IVS; o SISV e o IVAS são membros do IVSC	Ano de publicação [†]	Licença de avaliador nos termos da Lei dos Avaliadores de 1906, emitida anualmente pela IRAS; a competência é da SISV
Malásia	Normas de Avaliação da Malásia (<i>Standard Penilaian Malaysia</i>)	Conselho de Avaliadores, Avaliadores, Corretores Imobiliários e Administradores de Imóveis	Legislação: regulamentação derivada da Lei nº 242 de 1981; cumprimento obrigatório	Adotado com suplemento nacional (relatórios financeiros, financiamento, BNM, normas do SC)	7ª ed., em vigor a partir de 1º de junho de 2025 [†]	Avaliador registrado nos termos da Lei nº 242
Indonésia	<i>Código de Ética dos Avaliadores da Indonésia e Padrões de Avaliação da Indonésia</i> (KEPI e SPI)	Comitê KPSPI da MAPPI	Obrigatoriedade por incorporação: o regulamento do Ministério da Fazenda torna o SPI obrigatório para avaliadores licenciados	Aprovado com suplemento nacional; o SPI VII segue o IVS 2017; a MAPPI é membro do IVSC	Edição VII-2018; normas temáticas por rascunho de exposição	<i>Autorização para Avaliadores Públicos</i> emitida pelo Ministro da Fazenda (PMK 101/2014, conforme alterada)
Tailândia	Normas e Código de Ética da Profissão de Avaliação Imobiliária	Associação de Avaliadores da Tailândia; Associação Tailandesa de Avaliadores (membro da IVSC); SEC	Profissional; aprovação regulatória da SEC para atividades no mercado de capitais; política da BOT para garantias	Alinhado [†]	Edição [†]	Ausência de licença geral; lista aprovada pela SEC; declaração de política do BOT sobre a avaliação de garantias e imóveis executados (2019)
Filipinas	Normas de Avaliação das Filipinas (PVS)	Departamento de Finanças / BLGF (membro do IVSC)	Base legal: Portaria DOF nº 037-18; exigida pela Lei da República nº 12001 (RPVARA) para a elaboração de tabelas locais de valores de mercado	Aprovado com o suplemento nacional (PVS, 2ª ed., incorporando o IVS 2017)	2ª ed. 2018; revisão trienal pendente	Avaliadores imobiliários licenciados nos termos da Lei da República (RA) nº 9646 (2009), Conselho da República Popular da China

continuação

Table 5: Sudeste Asiático (*continuação*)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Vietnã	Normas de Avaliação do Vietnã (romanização: Chuan muc tham dinh gia Viet Nam)	Ministério das Finanças, nos termos da Lei de Preços nº 16/2023 e do Decreto nº 78/2024	Normas legais (circulares ministeriais)	Independente; estruturado com base nas abordagens do IVS, mas sem ser uma adoção; o Departamento de Controle de Preços do Ministério é membro do IVSC	Circulares 30, 31, 32, 36 e 37/2024 (1º de julho de 2024) e 42/2024 sobre o setor imobiliário (5 de agosto de 2024)	Cartão de avaliador emitido pelo Ministério (Circular 34/2024); as empresas precisam de cinco titulares do cartão
Camboja	Normas de Avaliação do Camboja	Ministério da Economia e das Finanças; licenças do órgão regulador da NBFSA	Regulamentação (licenciamento); situação da norma ainda não está clara [†]	Alinhamento aspiracional; não é membro do IVSC	11 normas, apenas bens imóveis [†]	Licença e certificado com validade de um ano (Prakas nº 064, de 27 de dezembro de 2022)
Brunei	Nenhum publicado [†]	Conselho de Avaliadores e Corretores Imobiliários	Registro legal	Não é membro da IVSC	—	Decreto de 2009 sobre Avaliadores e Corretores Imobiliários (Cap. 281)
Mianmar	Nenhum; as comissões de avaliação determinam os valores do imposto de selo	Departamento da Receita Federal	Nenhum	Nenhum	—	Sem licença de avaliador
Laos	“Práticas Padrão de Avaliação no Laos” [†]	Comissão de Valores Mobiliários do Laos; Ministério da Justiça, no âmbito das atividades de fiscalização	Exclusivamente para questões regulatórias relacionadas a valores mobiliários e atuações judiciais	Reivindicações da IVS; nenhum membro da IVSC	—	Aprovação de escritórios pelo LSC

Notas. A Associação de Avaliadores da ASEAN (1981) é um órgão de cooperação sem normas vinculativas, cadastro ou reconhecimento mútuo; os acordos de reconhecimento mútuo da ASEAN não incluem a avaliação. A harmonização ocorre por meio da filiação ao IVSC e do escritório do IVSC Ásia, em Cingapura. Fontes: (Singapore Institute of Surveyors and Valuers [n.d.](#); Inland Revenue Authority of Singapore [n.d.](#); Lembaga Penilai, Pentaksir, Ejen Harta Tanah dan Pengurus Harta Malaysia [2025](#); Kementerian Keuangan Republik Indonesia [2014](#); Penilaian.id [2025](#); Valuers Association of Thailand [n.d.](#); Bank of Thailand [2019](#); Bureau of Local Government Finance, Department of Finance, Philippines [2018](#); Bureau of Local Government Finance, Department of Finance, Philippines [2025](#); Government of Viet Nam [2024](#); Vietnam Valuation Association [n.d.](#); DFDL [2023](#); Brunei Darussalam [2009](#); ASEAN Valuers Association [n.d.](#)).

Table 6: Sul da Ásia.

Jurisdicção	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Índia	O IVS foi notificado para todas as avaliações em casos de insolvência (Circular RV/93/2026 do IBBI); Normas de Avaliação do ICAI de 2018 para ativos comerciais e financeiros; nenhuma “Norma de Avaliação Indiana” jamais foi notificada nos termos da Regra 18	O IBBI como órgão regulador das Organizações de Avaliadores Registrados nos termos das Regras de 2017 sobre Sociedades (Avaliadores Registrados e Avaliação); o ICAI; as RVOs	Regulamentar no que diz respeito à Lei das Sociedades Anônimas e às classes de ativos do IBC; profissional no que diz respeito às normas do ICAI	O IVS foi adotado na íntegra para os trabalhos do IBC (abril de 2026); normas do ICAI alinhadas; treze membros do IVSC	Regulamento de 2017, alterado em 1º de junho de 2026; IVS 2025	Registro do IBBI (terrenos e imóveis; instalações e maquinário; títulos); registro paralelo do Imposto sobre o Patrimônio, conforme seção 34AB; credenciamento bancário
Paquistão	Não há norma nacional; diretrizes da PBA para o cadastro de avaliadores nos termos do Regulamento Prudencial R-8 do SBP	Associação dos Bancos do Paquistão; Banco Central do Paquistão	Apenas para fins regulatórios e de garantia	Independente; não é membro da IVSC	Diretrizes da PBA de 2026	Não há licença legal; painéis da PBA; o Pannel I exige um engenheiro, arquiteto ou urbanista registrado na PEC
Bangladesh	Não há norma nacional; política de credenciamento do Banco de Bangladesh para empresas de avaliação de garantias (2023)	Banco do Bangladesh; Conselho de Relatórios Financeiros	Regulamentação: garantias superiores a 1 crore de Tk	A FRC, o ICAB e a associação profissional dos avaliadores são membros do IVSC; as normas do IVS são utilizadas como referência, mas não adotadas	Policy 2023; 131 empresas inscritas (2024)	Inscrição na empresa, validade de três anos; sem licença individual
Sri Lanka	IVS, acompanhada pelos membros da IVSL; Diretriz 13/2020 da Lei Bancária da CBSL sobre a avaliação de imóveis	Instituto de Avaliadores do Sri Lanka (Lei nº 33 de 1975, alterada em 2019); Banco Central; Departamento de Avaliação do Governo	Instituição de direito público; as orientações do banco central são vinculativas para os bancos	A IVS foi adotada; a IVSL é membro da IVSC; não foi encontrada nenhuma norma nacional específica [†]	Diretriz 13/2020	Categorias de filiação previstas na legislação; os bancos só podem utilizar membros da IVSL com o título de “fellow”, “associado sênior” ou membros da RICS
Nepal	Não há norma nacional; Diretiva Unificada NRB 12 – cláusulas colaterais; a associação de avaliadores segue as IVS	Banco Central do Nepal; Associação de Avaliadores do Nepal (membro da IVSC); Conselho de Engenharia	Apenas garantias regulatórias e bancárias	Alinhado por meio da adesão; não adotado por lei	Diretrizes Unificadas 2081 (2024/25)	Não existe lei específica sobre avaliadores (a citada “Lei de Avaliação de 2076” não consta do catálogo da Comissão Jurídica) [†] ; listas de engenheiros registrados dos bancos

continuação

Table 6: Sul da Ásia (*continuação*)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Butão	Tabelas de valores do governo: Taxas de indenização por desapropriação (2022, alteradas em 2023); taxas de garantias e de imóveis	Divisão de Avaliação e Avaliação Imobiliária, Ministério das Finanças; Comissão Nacional de Terras	Fixação administrativa de tarifas	Independente; não é membro do IVSC	LCR 2023; CLBR 2025	Sem licença; apenas avaliadores do governo
Maldivas	Regulamento 103-R/2025 relativo ao registro de avaliadores, nos termos da Lei dos Contadores Certificados	CA Maldivas; regras prudenciais da autoridade monetária	Regulatório (avaliações para fins de prestação de contas financeiras)	Não verificado [†] ; não é membro do IVSC	2025	Registro de avaliadores, pessoas físicas e jurídicas
Afeganistão	Nenhuma; apenas a regulação do Banco Central sobre provisões	Banco do Afeganistão	Regulatório (provisionamento)	Não é membro da IVSC	2023	Nenhum

Notas. A Índia mantém vários regimes em vigor simultaneamente: o registro da Lei das Sociedades Anônimas administrado pelo IBBI por meio de Organizações de Avaliadores Registrados; as normas do ICAI, obrigatórias para contadores certificados no âmbito da Lei das Sociedades Anônimas; as circulares de 2026 do órgão regulador de insolvência, que tornam o IVS obrigatório para avaliações no âmbito do IBC ; o registro do Imposto sobre o Patrimônio, que permanece em vigor apesar da extinção do imposto; as regras de credenciamento do RBI para garantias bancárias; e a fórmula de indenização prevista na lei de 2013 sobre aquisição de terras. O Projeto de Lei dos Avaliadores de 2020 nunca foi promulgado; o Projeto de Lei de Alteração das Leis Societárias de 2026 designaria o IBBI como a Autoridade de Avaliação. Não existe nenhum instrumento no âmbito da SAARC. Fontes: (Insolvency and Bankruptcy Board of India [2026](#); Taxmann [2026](#); Institute of Chartered Accountants of India [2018](#); Reserve Bank of India [2007](#); Pakistan Banks' Association [2026](#); The Daily Star [2024](#); Sri Lanka [1975](#); Central Bank of Sri Lanka [2020](#); Nepal Rastra Bank [n.d.](#); Ministry of Finance, Royal Government of Bhutan [2023](#); CA Maldives [2025](#)).

Table 7: América do Sul.

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Brasil	ABNT NBR 14653 <i>Avaliação de bens</i> , Partes 1 a 7	A ABNT (elaboração liderada pelo IBAPE); a CONFEA/CREA e a CAU regulamentam quem pode assinar	Norma técnica, de caráter vinculativo quando incorporada: Resolução da CMN nº 4.676/2018 sobre garantias de crédito; tribunais e desapropriação por meio de prática	Alinhado; o IBAPE adotou o IVS; o IVSC lista a COFECI como membro [†]	Partes 1 e 3: 2019; Parte 2: 2011; Partes 4 a 7: 2002 a 2009, algumas marcadas como retiradas [†]	Sem licença de avaliador; o <i>laudo</i> é assinado por um engenheiro ou agrônomo (Lei nº 5.194/66) ou por um arquiteto
Argentina	<i>Normas Nacionales de Valuación</i> (NNV), compilação consolidada de 23 de outubro de 2025	Tribunal de Tasaciones de la Nación (Lei 21.626)	Obrigatório para avaliações do setor público nacional; não é vinculativo para o setor privado	Independente; sem referência ao IVS no resumo; sem órgão membro do IVSC	Resolução TTN 80/2025	Ausência de licença nacional; ordens provinciais de <i>leiloeiros</i> e conselhos profissionais
Chile	NCh 3658 <i>Tasación de bens, obligaciones e derechos</i>	Instituto Nacional de Normalización, em parceria com o Ministério da Habitação e a Associação de Avaliadores	Norma técnica voluntária	Registrado no IVS; não é membro do IVSC	NCh3658/1:2021; /2:2022	Sem licença nem registro; o SII define o valor fiscal; desapropriação por uma comissão de especialistas; a Circular 2.373 da CMF (14 de julho de 2026) acrescenta um capítulo sobre garantias, RAN 21-10, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2028
Colômbia	<i>Normas Técnicas Setoriais Té</i> , por meio dos órgãos de registro reconhecidos; Resolução 941/2026 do IGAC para avaliações comerciais	Superintendência da Indústria e do Comércio (Lei 1673/2013); os órgãos de registro; IGAC	Legislativo: registro obrigatório; a resolução do IGAC é vinculativa para as avaliações de utilidade pública e de desapropriação	Em conformidade; a Resolução 941/2026 faz referência ao IVS para os modelos; o registro nacional é membro do IVSC	Resolução 941 (31 de julho de 2026), que revoga a Resolução 620/2008	<i>Registro Aberto de Avaliadores</i> , treze categorias; garantia bancária conforme a Superintendência Financeira
Peru	<i>Reglamento Nacional de Avaliaciones</i> (RNT)	Ministerio de Vivienda, Construcción y Saneamiento	Regulatório: obrigatório para fins estatais, utilizado em todo o mercado	Metodologia independente; o órgão de avaliadores é membro da IVSC e da UPAV	RM 172-2016, alterado em 2017 e 2020 [†]	Dois registros: o cadastro do ministério e o registro de avaliadores bancários da SBS (Res. 3225-2021)

continuação

Table 7: América do Sul (*continuação*)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Uruguai	Sem nacionalidade	Dirección Nacional de Catastro (valor fiscal); Banco Central para garantias	Não há norma de avaliação; apenas regras cadastrais e bancárias	Independente; não é membro da IVSC	—	Não é necessária licença; os leiloeiros registrados nos termos do Decreto-Lei nº 15.508/1983 podem realizar avaliações; arquitetos e engenheiros podem exercer suas atividades
Equador	Regulamentos não nacionais; normas da Superintendência Bancária para a qualificação de avaliadores	Superintendência de Bancos; SEPS para cooperativas; prefeituras para o cadastro	Regulatório (bancário); não há metodologia obrigatória	Independente; não foi encontrado nenhum membro da IVSC	Codificação 2020	Qualificação para o cargo de superintendente (graduação ou cinco anos de experiência, 120 horas de treinamento)
Venezuela	Não há disposições legais; normas profissionais da SOITAVE	Registros SUDEBAN, SUDEBIP e SUDEASEG	Registro regulatório; especialista em normas	A SOITAVE ministra o curso IVS; nenhum membro da IVSC	2010 [†]	É necessário se registrar para exercer atividades regulamentadas
Bolívia	Não nacional; regulação da ASFI para <i>peritos avaliadores</i>	ASFI nos termos da Lei 393/2013	Regulatório, apenas para o setor financeiro	Independente; não pertence a nenhuma entidade do IVSC ou da UPAV	Circular ASFI/326/2015	Registros mantidos por cada banco
Paraguai	Normas de avaliação técnica do banco central, não nacionais	Banco Central do Paraguai	Regulamentação, setor financeiro	Independente; associação afiliada à UPAV	Res. SB.SG 288/2002; Circular 246/2019	Registro de avaliadores do BCP

Notas. A UPAV, União Pan-Americana de Associações de Avaliação (Lima, 1949), aderiu ao IVSC como membro institucional em outubro de 2017, após deliberar pela adoção do IVS, e lidera as traduções do IVS para o espanhol e o português; suas próprias “*Normas UPAV*” têm caráter consultivo. A NCh 3658 do Chile é a primeira norma de avaliação do país e continua sendo voluntária. A RNT do Peru é uma metodologia prescritiva, baseada em tabelas, composta por 208 artigos. Fontes: (Associação Brasileira de Normas Técnicas [2019](#); Conselho Monetário Nacional [2018](#); Conselho Federal de Engenharia e Agronomia [1990](#); Tribunal de Tasaciones de la Nación [2025a](#); Tribunal de Tasaciones de la Nación [2025b](#); Instituto Nacional de Normalización [2021](#); Congreso de Colombia [2013](#); Instituto Geográfico Agustín Codazzi [2026](#); Ministerio de Vivienda, Construcción y Saneamiento [2016](#); República Oriental del Uruguay [1983](#); Superintendencia de Bancos del Ecuador [2020](#); Autoridad de Supervisión del Sistema Financiero [2015](#); Banco Central del Paraguay [n.d.](#); International Valuation Standards Council [2017](#)).

Table 8: Europa. *Stat* : estatístico; *Prof*: profissional; *Adv* : consultivo.

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação entre IVS e EVS	Edição	Licença
Alemanha	ImmoWertV 2021 (métodos de avaliação de valor de mercado nos termos da BauGB § 199); BelWertV (valor de garantia hipotecária nos termos da PfandBG § 16); EVS por meio da BVS, IVD e BDVI	Governo federal; BaFin no que diz respeito à BelWertV	Stat (ambas as regulações federais); Prof (EVS)	TEGoVA: BVS, IVD, BDVI; certificação REV concedida	ImmoWertV em vigor desde 1º de janeiro de 2022; BelWertV alterada em 2022	Ausência de licença geral; peritos nomeados publicamente e empossados; certificação segundo a norma ISO/IEC 17024, considerada competente nos termos da BelWertV
França	<i>Charte de l'expertise en évaluation immobilière</i> ; EVS e Red Book por meio dos órgãos signatários	Declaração liderada pelo IFEI com dezessete signatários	Prof. (signatários); nenhuma lei ou regulação	Em consonância com o EVS 2025; oito membros franceses da TEGoVA; uso do REV	6ª ed., novembro de 2025	Não há licença legal; apenas listas de peritos judiciais
Espanha	Portaria ECO/805/2003 (avaliação para fins financeiros e valor hipotecário); EVS por meio de órgãos de arquitetos	Ministério da Economia; o Banco de España supervisiona as empresas de avaliação	Stat	TEGoVA: AEVIU, CGATE, CSCAE; a AEV está trabalhando na integração entre ECO, EVS e IVS	Conforme alterado pela Portaria ECM/599/2025 (eficiência energética)	Empresas, e não pessoas físicas: <i>sociedades de tasación</i> , homologadas pelo Banco de España
Itália	<i>Código de Avaliações Imobiliárias</i> ; UNI 11612:2015 e UNI 11558:2014; diretrizes da ABI sobre garantias reais	Tecnoborsa; UNI; ABI	Adv; vinculativo contratualmente por meio de painéis bancários	A Codice integra a IVS e a EVS; cinco membros da TEGoVA; a REV	Codice, 6ª ed. 2025	Nenhuma; certificação voluntária UNI 11558
Países Baixos	Regras da NRVT que exigem EVS ou IVS	Registro Holandês de Avaliadores Imobiliários	Prof, autorregulamentado; os supervisores esperam o registro [†]	Os avaliadores registrados aplicam o EVS ou o IVS e declaram qual dos dois; quatro membros da TEGoVA	Regulamento da Câmara em vigor a partir de 1º de outubro de 2025	Não há licença legal; o registro no NRVT é obrigatório para o mercado
Polônia	Lei de Gestão Imobiliária de 1997; Regulamento de 5 de setembro de 2023 sobre avaliação; normas profissionais da PFSRM; norma de securitização da PFSRM (circular ministerial de 2010)	Ministério do Desenvolvimento e da Tecnologia; PFSRM	Stat (lei e regulação); Prof (padrões, “recomendados”); norma de securitização vinculativa por meio de notificação	Normas da PFSRM harmonizadas com a TEGoVA e a IVSC; REV	Regulação em vigor desde 9 de setembro de 2023	Licença estadual de <i>perito em avaliação de imóveis (rzeczoznawca majątkowy)</i> , registro central

continuação

Table 8: Europa. *Stat*: estatutário; *Prof*: profissional; *Adv*: consultivo
(continuação)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação entre IVS e EVS	Edição	Licença
Áustria	<i>Liegenschaftsbewertungsgesetz</i> (LBG 1992); série ÖNORM B 1802 [†] ; EVS via ARE e ÖVI	Legislação federal; Normas austríacas	Stat (LBG para avaliações judiciais); Adv (ÖNORM); Prof (EVS)	TEGoVA: ARE, ÖVI; REV	LBG consolidada	Peritos credenciados pelo tribunal; caso contrário, nenhum
Bélgica	EVS por meio da BELGAVAL, KAVEX e UGEB-ULEB	As três associações	Prof.	TEGoVA: três membros; REV	EVS 2025	Sem licença de avaliador [†] ; corretores imobiliários licenciados
Portugal	Lei n° 153/2015 (regime dos avaliadores imobiliários para entidades do sistema financeiro); EVS por meio da ASAVAL, ANAI e APAE	CMVM (registro); Banco de Portugal	Stat	TEGoVA: três membros; REV	Lei n° 153/2015 [†]	<i>Perito avaliador de imóveis</i> registrado na CMVM, obrigatório para fundos, bancos e seguradoras
Suécia	Normas para avaliadores de imóveis autorizados	Samhällsbyggarna	Prof, voluntário	Membro da TEGoVA; referência ao IVS/EVS: [†]	—	Ausência de licença legal; empreendimento de autorização
Dinamarca	Ética da Associação e normas de avaliação; Credenciais <i>de avaliadores</i> ; Ordem de avaliação de crédito hipotecário [†]	Associação Dinamarquesa de Corretores Imobiliários; Autoridade de Supervisão Financeira	Prof; Stat (crédito hipotecário)	Membro da TEGoVA; REV e TRV	—	Registro de corretores imobiliários é obrigatório; credenciamento de avaliadores é voluntário
Tcheca	Lei n° 151/1997 sobre avaliação de imóveis, com decreto anual de avaliação; Lei n° 254/2019 sobre peritos; EVS em ČKOM	Ministério das Finanças (decreto); Ministério da Justiça (especialistas); ČKOM	Stat	ČKOM é membro de pleno direito da TEGoVA; REV	Edição do decreto [†]	<i>Perito</i> (registrado no Ministério da Justiça) para fins judiciais e legais; <i>avaliador</i> , conforme licença comercial
Grécia	Lei n° 4152/2013 (registro de avaliadores certificados) e código de conduta; EVS por meio da AVAG	Ministério das Finanças; AVAG	Stat (registro); Prof	Membro da AVAG TEGoVA desde 2010, órgão certificador da REV	—	Avaliador certificado e registrado no Ministério da Fazenda
Romênia	OG 24/2011 (Estatuto da ANEVAR) e normas da ANEVAR (SEV), de aplicação obrigatória	ANEVAR (entidade de interesse público)	Stat (SEV obrigatório por lei)	SEV com base no IVS [†] ; membro da ANEVAR TEGoVA; REV	SEV anual [†]	<i>Avaliador autorizado</i> ; filiação à ANEVAR obrigatória

continuação

Table 8: Europa. *Stat*: estatutário; *Prof*: profissional; *Adv*: consultivo
(continuação)

Jurisdicção	Padrão	Corpo	Status	Relação entre IVS e EVS	Edição	Licença
Reino Unido	Avaliação da RICS — Padrões Globais (Red Book Global) com o suplemento nacional do Reino Unido; o Red Book incorpora o IVS na íntegra	RICS	Prof (vinculativo para membros e empresas regulamentadas; mencionado pela PRA, pela FCA e pela Lei das Sociedades Anónimas)	IVS 2025 incorporado; a RICS não é membro da TEGoVA (a CAAV e a IRRV são)	Válido globalmente a partir de 31 de janeiro de 2025; suplemento para o Reino Unido válido a partir de 1º de maio de 2024, reeditado em janeiro de 2025	Não há licença legal; Registro de Avaliadores da RICS; a Escócia difere apenas no que diz respeito ao regime do Home Report [†]
Irlanda	Livro Vermelho da SCSi/RICS; a IPAV segue a EVS	SCSi; IPAV	Prof.	Membro da IPAV TEGoVA; SCSi por meio da RICS	2025	A PSRA concede licenças para serviços imobiliários; a avaliação, por si só, não é sujeita a licença [†]
Suíça	Normas Suíças de Avaliação (SVS)	SIV e SEK/SVKG	Prof.; Adv.	Em conformidade com o IVS e o EVS [†]	Edição [†]	Nenhum; peritos do tribunal cantonal
Noruega	Certificação de avaliação norueguesa; relatórios de condição conforme a norma NS 3600:2025; EVS ou IVS para obras comerciais	Tarifa norueguesa	Prof, voluntário	Membro da TEGoVA; REV e TRV	NS 3600:2025	Sem licença legal
Islândia	Avaliação oficial nos termos da Lei n.º 6/2001; não há norma de avaliação privada	Autoridade de Habitação e Construção	Stat (apenas avaliação)	Não é membro da TEGoVA	—	Corretores imobiliários licenciados realizam avaliações de mercado [†]
Sérvia	Lei sobre Avaliadores Imobiliários (Diário Oficial n.º 108/2016, n.º 113/2017); Normas Nacionais, Código de Ética e Regras de Conduta Profissional (n.º 70/2017)	Ministério das Finanças, por proposta de seu Comitê de Especialistas; NAVS	Stat	Membro da NAVS TEGoVA desde 2011 e membro da IVSC; base das normas nacionais do EVS [†]	2017	Licença concedida pelo Ministro da Fazenda; somente avaliadores licenciados podem realizar avaliações para empréstimos garantidos e casos de insolvência [†]
Bulgária	Lei dos Avaliadores Independentes de 2008 e Normas Búlgaras de Avaliação	Câmara dos Avaliadores Independentes	Stat	TEGoVA: dois membros; REV	BVS 2018 [†]	Licença e registro legais

continuação

Table 8: Europa. *Stat*: estatutário; *Prof*: profissional; *Adv*: consultivo
(continuação)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação entre IVS e EVS	Edição	Licença
Croácia	Lei de Avaliação Imobiliária e regulamentação dos métodos	Ministério da Construção; HDSViP	Stat	Membro da HDSViP TEGoVA	NN 78/15 [†]	Peritos judiciais e <i>avaliadores</i>
Chipre	Livro Vermelho e EVS; Registro ETEK (Lei 224/1990)	ETEK; Associação de Avaliadores de Chipre	Stat (cadastro)	Membro da CVA TEGoVA; REV	—	Registrada na ETEK, agência de avaliação imobiliária [†]
Estônia	Série padrão <i>de avaliação de tensão</i> EVS 875	Associação de Avaliadores da Estônia; Centro de Normalização	Adv; Prof	Com base no IVS e no EVS; membro da TEGoVA; REV	EVS 875, peças revisadas	Qualificação profissional por meio da Kutsekoda
Finlândia	Avaliadores AKA (autorizados) e KHK (previstos na legislação sobre fundos e bancos hipotecários); é exigido o cumprimento da “norma internacional de avaliação”	Comissão de Avaliação da Câmara de Comércio	Stat (KHK); Prof (AKA)	IVS ou EVS não especificado; não é membro da TEGoVA	—	KHK: obrigatório; AKA: voluntário
Hungria	Decreto 25/1997 PM sobre o valor de financiamento hipotecário [†] ; certificação EUFIM	MAISZ	Stat (valor de empréstimo)	A MAISZ cita a TEGoVA como parceira; ela não consta na lista de membros	—	Sem licença geral
Letônia	Norma LVS 401; avaliadores certificados nos termos do regulamento do Gabinete [†]	LIVA	Stat (certificação)	Membro da TEGoVA; REV	—	Avaliador certificado
Lituânia	Lei sobre os Fundamentos da Avaliação de Imóveis e Empresas; metodologia de avaliação [†]	AVNT (órgão estadual); três associações	Stat	Três membros da TEGoVA; REV	—	Certificado de qualificação estadual
Luxemburgo	EVS via LPVI (fundada em 2023)	LPVI	Prof.	A LPVI é membro pleno da TEGoVA desde outubro de 2024	EVS 2025	Nenhum
Malta	Lei Periti; orientações da câmara; EVS	Câmara dos Peritos	Stat (habilitação oficial)	Membro da TEGoVA	—	<i>Peritagem</i> garantida [†]
Eslováquia	Lei n.º 382/2004 sobre peritos; Decreto n.º 492/2004 sobre avaliação [†]	Ministério da Justiça	Stat	Não é membro da TEGoVA	—	<i>Perito</i> (registrado no Ministério da Justiça)
Eslovênia	O IVS foi adotado por meio do Instituto de Auditores; lei de auditoria [†]	Instituto Esloveno de Auditores	Stat (licença)	Membro da TEGoVA e da IVSC	—	Avaliador imobiliário licenciado

O nível europeu acima dos nacionais. O EVS 2025, a décima edição do Livro Azul da TEGoVA, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025; o Livro Vermelho da RICS, edição global, em vigor desde 31 de janeiro de 2025, incorpora o IVS na íntegra. Nenhum deles vincula um avaliador, a não ser por meio das regras de uma associação filiada ou da adoção nacional. Os próprios instrumentos da União Europeia vinculam os credores e os Estados-Membros, não os avaliadores: a Diretiva relativa ao crédito hipotecário (2014/17/UE, art. 19) exige padrões de avaliação confiáveis e cita a IVSC, a TEGoVA e a RICS em seus considerandos; o Regulamento relativo aos Requisitos de Capital, conforme alterado pelo CRR3 define o valor do empréstimo hipotecário e o valor do imóvel e exige um avaliador independente e qualificado que aplique critérios prudentes e conservadores (art. 229); e as diretrizes da EBA para a originação de empréstimos exigem que as garantias sejam avaliadas de acordo com “normas internacionais, europeias e nacionais aplicáveis”. Essas normas chegam aos avaliadores por meio da legislação nacional — da qual a BelWertV, a ECO/805, a Lei 153/2015 e o regulamento polonês de 2023 são exemplos — ou por meio da adoção profissional. O sistema de dois valores da Alemanha — o valor do mercado segundo a ImmoWertV e o valor de empréstimo hipotecário segundo a BelWertV, é o caso-modelo; a norma ECO/805 da Espanha é tanto uma metodologia quanto uma regra de valor hipotecário, aplicada a empresas e não a pessoas físicas; apenas a Holanda permite que o avaliador escolha entre EVS ou IVS para cada trabalho. Fontes: (Republika Srbija [2016](#); TEGoVA [2025](#); TEGoVA [n.d.](#); Royal Institution of Chartered Surveyors [2024](#); European Parliament and Council [2014](#); European Parliament and Council [2024](#); Bundesrepublik Deutschland [2021](#); Bundesrepublik Deutschland [2022](#); Charte de l’expertise en évaluation immobilière [2025](#); Ministerio de Economía [2003](#); Banco de España [n.d.](#); Tecnoborsa [2025](#); Nederlands Register Vastgoed Taxateurs [2025](#); Minister Rozwoju i Technologii [2023](#); Republik Österreich [1992](#); Slovenská republika [2004](#)).

Table 9: Ásia Oriental.

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Japão	Normas de Avaliação Imobiliária com Notas Orientativas (<i>Fudōsan kantei hyōka kijun</i>), nos termos da Lei de Avaliação Imobiliária (Lei nº 152 de 1963)	MLIT; Suplemento às diretrizes práticas da JAREA	Normativa administrativa: norma emitida por um ministério e vinculativa para os licenciados	Norma nacional independente; a revisão de 2014 introduziu o conceito de participante do mercado; a JAREA é membro da IVSC e publica traduções das normas da IVS	Última revisão em 1º de maio de 2014 (revisão completa em 2002); tradução para o inglês em 2023	<i>Fudōsan kanteishi</i> : exame nacional e registro no MLIT
Coreia do Sul	Lei sobre Avaliação e Avaliadores Certificados; Normas de Avaliação (uma regulação ministerial, MOLIT nº 1253); Padrões de Prática de Avaliação (Aviso do MOLIT 2023-522)	MOLIT; KAPA (associação de avaliadores, Lei, art. 33)	Normas legais: Lei, regulamento ministerial e portaria, todos de caráter vinculativo	Independente; a KAPA é membro da IVSC; não há adoção formal das normas IVS nos textos	Lei alterada em 2023 (n.º 19403, em vigor desde 10 de agosto de 2023); Regras e Normas de setembro de 2023	<i>Gamjeongpyeonggasa</i> : exame e certificação emitidos pelo Ministro
Taiwan	Lei dos Avaliadores Imobiliários e Normas Técnicas de Avaliação Imobiliária (promulgadas nos termos dos artigos 19)	Ministério do Interior; governos locais; federação nacional dos avaliadores	Legislação: Lei e regulamento delegado	Independente; não há órgão de avaliação de Taiwan na IVSC	Lei alterada em 7 de agosto de 2024; Normas Técnicas alteradas pela última vez em 20 de dezembro de 2013	<i>Budòngchǎn gūjiàshū</i> : Exame do Yuan de Exames, certificado do Ministério do Interior, licença de exercício profissional local após dois anos
China	Lei de Avaliação de Ativos (2016, em vigor desde 1º de dezembro de 2016); GB/T 50291-2015 – Código de Avaliação Imobiliária; normas básicas do Ministério das Finanças (MOF) e normas práticas da Sociedade Chinesa de Avaliação (CAS)	Congresso Nacional do Povo; Ministério das Finanças (MOF) para a CAS; Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Recursos Naturais (MOHURD) e Ministério dos Recursos Naturais (MNR) para avaliadores imobiliários; CAS; CIREA	Legislação; norma nacional (do tipo recomendado, referenciada por regulamento); normas de associações	A CAS é membro do IVSC; declaração formal de convergência [†]	Lei de 2016; GB/T 50291-2015; normas de licenciamento de 2021	<i>Fángdìchǎn gūjiàshū</i> : qualificação nacional de acordo com as normas de 2021 (área de avaliação imobiliária incorporada); inscrição por meio do CIREA

continuação

Table 9: Ásia Oriental (*continuação*)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Hong Kong	Normas de Avaliação da HKIS 2024; o “Red Book” utilizado pelos membros da RICS	Divisão de Prática Geral do HKIS	Profissional, obrigatório para os membros	Em conformidade com o IVS e o Red Book; o HKIS é membro do IVSC	2024, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2024	Não há licença específica para avaliação; título de Agrimensor Profissional Registrado nos termos do Cap. 417
Macau	Nenhum encontrado [†]	—	Não foi encontrado nenhum estatuto ou licença	Não é membro da IVSC	—	Nenhum encontrado
Mongólia	Lei sobre Avaliação de Imóveis	Ministério das Finanças; Instituto de Avaliadores Certificados (membro do IVSC)	Legal [†]	Adoção do IVS [†]	Edição [†]	Certificação ministerial [†]

Notas. As normas do Japão foram publicadas pela primeira vez em 1964, revisadas em 2002 para incluir o fluxo de caixa descontado e um capítulo sobre imóveis securitizados, e revisadas pela última vez em 2014; a Lei de Publicação dos Preços dos Terrenos (1969) obriga os avaliadores e os adquirentes públicos a utilizarem os preços padrão publicados dos terrenos como referência. A Lei da Coreia de 2016 separa a avaliação da legislação sobre preços oficiais, torna o preço padrão publicado dos terrenos a base legal para os terrenos e delega os métodos a uma norma ministerial que prescreve um método principal por tipo de ativo; suas Normas de Prática contêm capítulos separados para avaliações de garantias, relatórios financeiros e indenizações. As Regras Técnicas de Taiwan estabelecem um procedimento de oito etapas e quatro métodos, incluindo um método de análise de desenvolvimento fundiário. A lei da China de 2016 obriga ao cumprimento das normas de avaliação emitidas pelos departamentos do Conselho de Estado e pelas associações. Fontes: (Ministry of Land, Infrastructure, Transport and Tourism [2014](#); Japan [1963](#); Japan Association of Real Estate Appraisers [2023](#); Republic of Korea [2023](#); Republic of China (Taiwan) [2024](#); Ministry of the Interior, Republic of China (Taiwan) [2013](#); National People's Congress [2016](#); China Institute of Real Estate Appraisers and Agents [n.d.](#); Hong Kong Institute of Surveyors [2024](#)).

Table 10: América do Norte e Oceania.

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Estados Unidos	USPAP (dez normas: bens imóveis 1–2, revisão 3–4, avaliação em massa 5–6, bens móveis 7–8, empresas 9–10)	Conselho de Normas de Avaliação, Fundação de Avaliação	Obrigatório para avaliadores licenciados e certificados pelos estados em transações relacionadas ao governo federal nos termos do Título XI da FIRREA (1989); os estados adotam essa exigência por meio de legislação estadual	A Fundação é membro da IVSC; o USPAP não se baseia no IVS	Edição de 2024, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024; atualmente sendo reeditada conforme necessário [†]	Licença estadual e certificação de acordo com os critérios da AQB; supervisão da ASC
Estados Unidos (nível de prática)	Yellow Book (UASFLA, 6ª ed. 2016); Normas da IAAO para avaliação em massa (de caráter consultivo; adotadas por alguns estados); Diretrizes Interagências de Avaliação e Perícia (2 de dezembro de 2010); Guias de Venda da GSE com UAD 3.6 (obrigatórios a partir de 2 de novembro de 2026); Normas de Prática de Avaliação do Appraisal Institute; AICPA VS Seção 100 (2008); Normas de Avaliação de Negócios da ASA	Conferência Interagências sobre Aquisição de Terrenos; IAAO; agências bancárias federais; Fannie Mae e Freddie Mac; Appraisal Institute; AICPA; ASA	Âmbito de aplicação: regulação para aquisições federais (regulamentos da Lei Uniforme, 49 C.F.R. § 24.103); regulação e orientações de supervisão para instituições de crédito supervisionadas (Regulação do Título XI; Diretrizes Interagências); contratual para vendas de empréstimos de GSE; profissional para AI, AICPA e ASA; consultivo para IAAO	—	Conforme listado	—
Canadá	CUSPAP	Instituto de Avaliação do Canadá	Válido para os membros da AIC; não tem caráter legal	A AIC e o Instituto CBV são membros do IVSC	CUSPAP 2026, obrigatório para contratos a partir de 1º de abril de 2026	Não há licença nacional; regulação legal em Quebec, New Brunswick, Nova Escócia e, desde 1º de dezembro de 2020, em Alberta

continuação

Table 10: América do Norte e Oceania (continuação)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Quebec	<i>Normas de prática profissional</i>	Ordre des évaluateurs agréés du Québec (1969)	Regulamentação: ordem profissional nos termos do Código das Profissões; título reservado	Não informado	Texto datado de 24 de março de 2025	Autorização da Ordem para o uso do título
Canadá (crédito)	Diretriz B-20 sobre a análise de crédito para hipotecas residenciais	OSFI	Expectativas dos órgãos de supervisão para instituições reguladas pelo governo federal	—	2017 (em vigor desde 1º de janeiro de 2018) [†]	—
Austrália	IVS (obrigatório) com os documentos de orientação imobiliária do ANZ	Instituto Australiano do Setor Imobiliário	Regra de filiação; o empreendimento de Padrões Profissionais é a base do seguro exigido pelos credores	Adoção integral do IVS; membro do IVSC	IVS em vigor a partir de 31 de janeiro de 2025	Registro obrigatório apenas em Queensland [†] e Austrália Ocidental (Lei de Licenciamento de Avaliadores Imobiliários de 1978)
Austrália (crédito)	APS 220 Gestão de Risco de Crédito	APRA	Norma prudencial vinculativa nos termos da Lei Bancária de 1959	—	Em vigor desde 1º de janeiro de 2022 [†]	—
Nova Zelândia	IVS (obrigatório) com os documentos de orientação do ANZ	Instituto Imobiliário da Nova Zelândia / Instituto de Avaliadores da Nova Zelândia	Regra de filiação; base legal por meio do registro previsto na Lei dos Avaliadores de 1948	Adoção integral do IVS; membro do IVSC	IVS em vigor a partir de 31 de janeiro de 2025	Conselho de Registro de Avaliadores, nos termos da Lei dos Avaliadores de 1948 [†]
Papua-Nova Guiné	Lei de Avaliação de 1967	Departamento de Terras; Instituto de Avaliadores	Legal [†]	—	—	Registro legal [†]
Fiji	Não foi encontrado nenhum; existe uma instituição profissional	—	—	—	—	[†]

Notas. A linha referente aos Estados Unidos foi deliberadamente dividida. O USPAP é o nível de conduta e desempenho; a segunda linha é o nível de prática e é delimitada por área de atuação: o Yellow Book para aquisições federais, as normas da IAAO para trabalhos ad valorem, as Diretrizes Interagências e os para empréstimos, as normas do Appraisal Institute para seus membros, e as normas da AICPA e da ASA para avaliação de empresas. A avaliação imobiliária geral é o domínio sem entrada nessa segunda linha, o que constitui a tese estrutural deste artigo, apresentada na forma de tabela. As antigas normas conjuntas da Austrália e da Nova Zelândia foram substituídas: ambas as instituições agora listam o IVS como obrigatório e seus próprios documentos de orientação como melhores práticas. Fontes: (Real Estate Council of Alberta [n.d.](#); The Appraisal Foundation [2024](#); International Association of Assessing Officers [n.d.](#); Board of Governors of the Federal Reserve System [2010](#); Freddie Mac [n.d.](#); Appraisal Institute [n.d.](#); American Institute of Certified Public Accountants [2007](#); Appraisal Institute of Canada [2026](#); Ordre des évaluateurs agréés du Québec [2025](#); Office of the Superintendent of Financial Institutions [2017](#); Consumer Protection, Government of Western Australia [n.d.](#); Property Institute of New Zealand [2025](#)).

Table 11: Caribe, América Central e México.

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
México	Normas técnicas do INDAABIN para imóveis federais; Regras gerais da SHF para avaliação de hipotecas imobiliárias; NMX-C-459-SCFI-2007 (voluntária) [†]	INDAABIN; SHF; CNBV; FECOVAL (52 faculdades)	Normas legais e regulatórias (INDAABIN, SHF); norma voluntária; o código da FECOVAL é vinculativo para os associados	A FECOVAL e a UPAV são membros do IVSC; não há adoção nacional do IVS por meio de lei	Lei Geral dos Bens Nacionais, artigos 143–146 (reforma de 2021); convocatória para o cadastro do INDAABIN de 2027	Não há uma licença única: Cadastro Nacional do INDAABIN; avaliadores e unidades de avaliação autorizados pela SHF; os registros estaduais variam [†]
Porto Rico	USPAP	Conselho Examinador de Avaliadores Imobiliários Profissionais (Departamento de Estado)	Legal	USPAP de acordo com os critérios federais do AQB	Lei nº 277 de 1974, conforme alterada	Licença estadual; certificação residencial e geral
República Dominicana	Regulamento de Avaliação de Ativos (REA), arts. 56–59, 68; normas do ITADO [†]	Conselho Monetário e Superintendência de Bancos; ITADO e CODIA	Regulatório (garantias bancárias); profissional (ITADO)	A REA exige normas “nacionais e internacionais”; os avaliadores bancários devem estar registrados no ITADO, no CODIA ou em um órgão credenciado pela UPAV	Segunda resolução da REA, de 28 de setembro de 2017	Não é necessária licença estadual; a inscrição na associação profissional é a porta de entrada
Jamaica	O “Red Book”, na prática [†] ; Lei de Avaliação de Terrenos para fins de cadastro tributário	Instituição de Agrimensores da Jamaica [†] ; Comissário de Avaliações Imobiliárias; Conselho Imobiliário	Profissional; obrigatório apenas para fins fiscais	Livro Vermelho; não é membro do IVSC	—	Sem licença de avaliador credenciado
Trinidad e Tobago	Livro Vermelho de facto [†] ; Lei de Avaliação de Terrenos, Cap. 58:03 para fins tributários	Instituto dos Agrimensores [†] ; Divisão de Avaliação, Ministério da Fazenda	Profissional; legal (tributário)	Livro Vermelho; não é membro do IVSC	—	Não foi encontrada nenhuma Lei dos Avaliadores [†]
Barbados	O “Red Book” é, de fato, [†]	Associação de Avaliadores Profissionais de Barbados [†] ; Departamento de Imposto Territorial	Profissional	Livro Vermelho; não é membro do IVSC	—	Não previsto na lei [†]

continuação

Table 11: Caribe, América Central e México (*continuação*)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Bahamas	Não há norma publicada; normas profissionais da associação	Associação Imobiliária das Bahamas, nos termos da Lei de 1995	Registro legal por meio da associação	Não é membro da IVSC; Lei de 1995 norma não informada [†]		Categorias de corretor/avaliador registrado e vendedor/avaliador
Ilhas Cayman e Bermudas	“Red Book” de fato; Departamento de Avaliação Imobiliária das Bermudas para fins tributários	Membros da RICS; órgãos governamentais de avaliação	Profissional	Livro Vermelho (baseado no IVS)	Livro Vermelho Global 2025	Não previsto na lei [†]
Países da OECS	“Red Book” de fato; avaliação fiscal prevista em lei, realizada pelo departamento de cada estado	Ministérios da Fazenda	Nenhum para trabalhos particulares	Livro Vermelho	—	Nenhum resultado encontrado [†]
Cuba	Apenas avaliação estadual	Estado	Legislativo-administrativo	Nenhum	—	Sem profissão privada [†]
Haiti	Nenhum encontrado	As normas prudenciais do banco central não abordam a questão dos avaliadores	Nenhum	Nenhum	—	Nenhum
Guatemala	Regulamentação do risco de crédito bancário com um cadastro de avaliadores; manual de avaliação da DICABI para o imposto sobre os imóveis	Superintendência de Bancos; DICABI; municípios	Regulatório	Nenhum encontrado	[†]	Registro do SIB [†]
Costa Rica	Normas complementares da SUGEF; manuais da ONT sobre o imposto municipal sobre os imóveis (Lei 7509)	CONASSIF/SUGEF; ONT; CFIA	Regulatórias (bancárias, tributárias); profissionais (CFIA)	Nenhum encontrado	[†]	Sem licença específica; filiação à CFIA
Panamá	Acordo 4-2013, conforme alterado pelo Acordo 8-2025 (artigos colaterais)	Superintendência de Bancos do Panamá	Regulatório	Nenhum	Alterado em 5 de agosto de 2025	Não há licença de avaliador; o conselho imobiliário abrange apenas corretores
Honduras	Registro de avaliadores da CNBS	CNBS	Regulatório	Nenhum	Circular [†]	Registro da CNBS
El Salvador	Normas técnicas NRP-27 para o registro de avaliadores	Comitê de normas do Banco Central; a SSF administra	Regulatório	Nenhum	As etapas de inscrição continuam	Registro de avaliadores da SSF

continuação

Table 11: Caribe, América Central e México (*continuação*)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Nicarágua	Norma sobre avaliadores que prestam serviços a instituições financeiras, Res. CD-SIBOIF-868-1 (2014, atualizada em 2020)	SIBOIF	Regulatório	Nenhuma; definições próprias	2014; 2020	Registro REPEV
Belize	Nenhum encontrado	Banco Central de Belize	Nenhum	Nenhum	—	Nenhum resultado encontrado [†]

Notas. Nenhuma jurisdição caribenha da Comunidade Britânica analisada possui uma licença legal de avaliador; o Red Book funciona como padrão por meio de membros qualificados pela RICS, e não foi possível confirmar se os institutos locais o adotam formalmente. Apenas os órgãos mexicanos e a UPAV constam no diretório do IVSC para a região. Fontes: conforme listado no pacote de pesquisa sobre o Caribe e a América Central; as principais páginas consultadas são o diretório de membros do IVSC (International Valuation Standards Council [n.d.\[b\]](#)), as leis federais mexicanas, os Regulamento da Superintendência de Bancos da República Dominicana, o Departamento de Estado de Porto Rico, o “Acuerdo 4-2013” compilado pela Superintendência do Panamá e os registros de avaliadores das autoridades supervisoras de Honduras, El Salvador e Nicarágua.

Table 12: Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Cáucaso do Sul e Ásia Central.

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Rússia	Normas Federais de Avaliação (romanizadas: <i>Federalnye standarty otsenki</i> , FSO) nos termos da Lei Federal nº 135-FZ	Questões de competência do Ministério do Desenvolvimento Econômico; as organizações de autorregulação dos avaliadores são responsáveis pela fiscalização	Legislativo: vinculativo para todos os avaliadores (art. 20)	Independente; a FSO I afirma que as normas são elaboradas “levando em consideração” o IVS, evitando deliberadamente a adoção; a Sociedade Russa de Avaliadores e a SIAA são membros do IVSC; as filiações russas à TEGoVA estão suspensas	Portaria nº 200, de 14 de abril de 2022 (FSO I–VI, revisada 7–11), alterada pela Portaria nº 659 (30 de novembro de 2022); Lei nº 135-FZ, alterada pela última vez em 4 de agosto de 2026	Filiação à SRO, além de um certificado de qualificação estadual (arts. 4, 21.1)
Ucrânia	Normas Nacionais de Avaliação 1 a 4, nos termos da Lei 2.658-III, sobre a avaliação de imóveis e a atividade profissional de avaliação	O Conselho de Ministros aprova; o Fundo de Bens do Estado regulamenta	Legal (“obrigatório”)	Alinhado: desenvolvido “com base nos princípios” do IVS; quatro membros do IVSC, dois da TEGoVA	Legislação em vigor até 1º de janeiro de 2025	Certificado de qualificação do avaliador e certificado da entidade emitido pelo Fundo de Bens do Estado; o certificado de qualificação tem validade de dois anos, e o certificado da entidade, de três
Bielorrússia	Códigos técnicos de práticas estabelecidas em matéria de avaliação (anteriormente conhecida como série STB 52), nos termos do Decreto nº 615 de 2006	Comissão de Bens do Estado	Legal	Independente; sem referência à IVS; não é membro da IVSC nem da TEGoVA	Decreto, conforme alterado em 27 de junho de 2024	Certificado de aprovação no exame estadual, com validade de três anos
Armênia	Lei sobre a Atividade de Avaliação (HO-419-N); normas estabelecidas pela Decisão do Governo nº 1355-N (24 de agosto de 2022)	Comissão de Cadastro; Governo aprova normas	Legal	Alinhado: as normas devem ser “consistentes com” o IVS; não é membro do IVSC; é membro do TEGoVA	Legislação em vigor desde 1º de julho de 2022; normas de 2022	Certificado de qualificação, válido por cinco anos, obtido por meio de concurso público estadual
Geórgia	Não foi identificada nenhuma lei específica sobre avaliação [†]	O Banco Nacional regula apenas a avaliação no âmbito da resolução bancária	Profissional, voluntário	Quatro membros do IVSC; a alegação de que os IVS são adotados por lei não está confirmada [†]	—	Não foi encontrada nenhuma licença legal [†]

continuação

Table 12: Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Cáucaso do Sul e Ásia Central
(*continuação*)

Jurisdição	Padrão	Corpo	Status	Relação IVS	Edição	Licença
Azerbaijão	Lei sobre a Atividade de Avaliação 1052-VIQ (8 de dezembro de 2023), que revoga a lei de 1998	Câmara de Avaliadores e Sociedade de Avaliadores (membros da IVSC)	Legal	Modo de adoção [†]	2023	Certificado de qualificação obtido por meio de exame; filiação à Ordem é obrigatória
Cazaquistão	Normas de avaliação previstas na Lei 133-VI sobre a atividade de avaliação (10 de janeiro de 2018)	Órgão autorizado (Ministério da Fazenda) [†] ; Câmara dos Avaliadores	Legais; as normas “não são documentos de normalização”	Alinhado: normas “elaboradas com base no” IVS (art. 13), e não no IVS em si; a Câmara é membro do IVSC	2018, alterado para 2026	Certificado de avaliador após a realização de um exame escrito promovido pela Câmara (art. 23)
Uzbequistão	Norma Nacional Unificada de Avaliação (Portaria da Agência de 25 de outubro de 2023, registro n.º 3487), nos termos da Lei 811-I de 1999, conforme alterada	Agência de Gestão de Bens do Estado; procedimento estabelecido pelo Conselho de Ministros	Legal	Não consta da lei; a associação de avaliadores é membro da TEGoVA; a Associação de Organizações de Avaliação é membro da IVSC	Lei alterada em 7 de fevereiro de 2025; norma de 2023, alterada em 5 de junho de 2025 (reg. 3487-2)	Certificado de qualificação da agência; as empresas devem se filiar a uma associação e possuir seguro de responsabilidade civil
Quirguistão	Normas obrigatórias aprovadas pelo governo (2006) [†]	Governo; Associação Pública de Avaliadores do Quirguistão (membro da IVSC)	Regulatório [†]	Alinhamento [†]	—	†
Tajiquistão e Turcomenistão	Aparentemente, existem leis que regulamentam a atividade de avaliação [†]	—	—	Não há membros da TEGoVA; a União dos Economistas do Turcomenistão é membro da IVSC, enquanto o Tajiquistão não possui nenhum	—	—

Notas. A avaliação cadastral da Rússia é um regime distinto previsto pela Lei Federal 237-FZ (2016), conduzida por instituições orçamentárias regionais segundo a metodologia do Rosreestr, à qual o FSO não se aplica; o Tribunal Constitucional proferiu decisão sobre o assunto em 14 de julho de 2026. A pesquisa sobre essa região foi realizada com os mecanismos de busca indisponíveis; portanto, as informações sobre a Geórgia, o Azerbaijão, o Quirguistão, o Tajiquistão e o Turcomenistão baseiam-se no que foi possível acessar diretamente e estão devidamente sinalizadas; a alegação comum de que a Geórgia adotou o IVS por lei não encontrou respaldo em nenhuma fonte acessível. Fontes: (Republic of Azerbaijan 2023; Russian Federation 1998; Ministry of Economic Development of the Russian Federation 2022; Menes n.d.; Russian Federation 2016; Republic of Armenia 2021; Government of the Republic of Armenia 2022; Republic of Kazakhstan 2018; Republic of Uzbekistan 1999; Verkhovna Rada of Ukraine 2001; Republic of Belarus 2006; TEGoVA n.d.; International Valuation Standards Council n.d.[b]).

References

- American Institute of Certified Public Accountants (June 2007). *Statement on Standards for Valuation Services, VS Section 100*. Effective for engagements accepted on or after 1 January 2008. URL: <https://www.aicpa-cima.com/resources/download/statement-on-standards-for-valuation-services-vs-section-100> (visited on 09/20/2026).
- American Society of Appraisers (Feb. 2022). *ASA Business Valuation Standards*. URL: <https://www.appraisers.org/about/standards-ethics-and-policies/standards> (visited on 09/20/2026).
- Appraisal Institute (2020). *The Appraisal of Real Estate*. 15th ed. Chicago: Appraisal Institute. — (n.d.). *Professional Practice*. URL: <https://www.appraisalinstitute.org/professional-practice/> (visited on 09/12/2026).
- Appraisal Institute of Canada (2026). *Canadian Uniform Standards of Professional Appraisal Practice (CUSPAP)*. URL: <https://www.aicanda.ca/about-aic/cuspap/>.
- Aqarat, Real Estate Regulatory Authority, Qatar (n.d.). *Legislations*. URL: <https://www.aqarat.gov.qa/en/legislations/> (visited on 09/12/2026).
- ASEAN Valuers Association (n.d.). *ASEAN Valuers Association*. URL: <https://www.aseanvaluers.org/> (visited on 09/12/2026).
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (2019). *ABNT NBR 14653-1:2019 Avaliação de bens – Parte 1: Procedimentos gerais*. URL: <https://memoria-spu.gestao.gov.br/wp-content/uploads/taianacan-items/54791/203875/ABNT-NBR-14653-1-2019.pdf>.
- Association Marocaine des Experts Immobiliers (2017). *Charte de l'expertise immobilière*. URL: <https://caprealty.ma/wp-content/uploads/2024/03/CHARTE-Expertise-Immobilier%C3%A8re.pdf>.
- Autoridad de Supervisión del Sistema Financiero (2015). *Reglamento para Peritos Tasadores (RNSF Libro 6, Título II)*. URL: <https://bolivia.infoleyes.com/norma/4635/recopilaci%C3%B3n-de-normas-servicios-financieros-libro-vi-t%C3%ADtulo-ii>.
- Banco Central del Paraguay (n.d.). *Registro de Peritos Valuadores*. URL: <https://www.bcp.gov.py/registro-de-peritos-valuadores-i215> (visited on 09/12/2026).
- Banco de España (n.d.). *Sociedades de tasación*. URL: <https://www.bde.es/wbe/en/areas-actuacion/normativa/regulacion-sistema-financiero/sociedades-de-tasacion.html> (visited on 09/12/2026).
- Bank of Thailand (2019). *Policy Statement Re: Valuation of Collaterals and Foreclosed Properties Obtained from Debt Settlement, Provision of Security for Credits Granted or Purchased from a Public Auction for Financial Institutions*. Unofficial English translation. URL: <https://www.bot.or.th/content/dam/bot/fipcs/documents/FPG/2562/EngPDF/25620100.pdf> (visited on 09/19/2026).

- Board of Governors of the Federal Reserve System (Dec. 2, 2010). *SR 10-16: Interagency Appraisal and Evaluation Guidelines*. URL: <https://www.federalreserve.gov/boarddocs/srletters/2010/sr1016.htm>.
- Brunei Darussalam (2009). *Valuers and Estate Agents Order 2009, Laws of Brunei Chapter 281*. URL: https://www.agc.gov.bn/AGC%20Images/LAWS/ACT_PDF/V/CHAPTER%20281.pdf.
- Bundesrepublik Deutschland (2021). *Immobilienwertermittlungsverordnung (ImmoWertV 2021)*. URL: https://www.gesetze-im-internet.de/immowertv_2022/.
- (2022). *Beleihungswertermittlungsverordnung (BelWertV)*. URL: <https://www.gesetze-im-internet.de/belwertv/BJNR117500006.html>.
- Bureau of Local Government Finance, Department of Finance, Philippines (2018). *Philippine Valuation Standards, 2nd Edition*. URL: <https://blgf.gov.ph/wp-content/uploads/2022/10/PVS-2018-E-Copy.pdf>.
- (Jan. 6, 2025). *Memorandum Circular No. 001-2025: Implementing Rules and Regulations of RA 12001 (RPVARA)*. URL: <https://blgf.gov.ph/wp-content/uploads/2025/03/BLGF-MC-No.-001.2025-IRR-of-RA-No.-12001-or-the-RPVARA-Reform-Act-6-Jan-2025-Aproved-3.pdf>.
- CA Maldives (Oct. 20, 2025). *CA Maldives Publishes Regulation for Registration of Valuers*. URL: <https://camaldives.org/2025/10/20/ca-maldives-publishes-regulaion-for-r-egistration-of-valuers/>.
- Central Bank of Sri Lanka (Dec. 31, 2020). *Banking Act Directions No. 13 of 2020: Valuation of Immovable Property*. URL: https://www.cbsl.gov.lk/sites/default/files/cbslweb_documents/laws/cdg/Banking_Act_Directions_No_13_of_2020.pdf.
- Charte de l'expertise en évaluation immobilière (Nov. 2025). *La 6e édition*. URL: <https://charteexpertiseimmo.org/la-6eme-%C3%A9dition.html>.
- China Institute of Real Estate Appraisers and Agents (n.d.). *China Institute of Real Estate Appraisers and Agents*. URL: <https://www.cirea.org.cn/> (visited on 09/12/2026).
- Congreso de Colombia (2013). *Ley 1673 de 2013, por la cual se reglamenta la actividad del avaluador*. URL: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=53881>.
- Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (1990). *Resolução CONFEA n° 345/1990*. URL: https://ibape-nacional.com.br/documentos/Resolucao_CONFEA_0345_90.pdf.
- Conselho Monetário Nacional (2018). *Resolução CMN n° 4.676, de 31 de julho de 2018*. URL: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50628/Res_4676_v12_P.pdf.
- Consumer Protection, Government of Western Australia (n.d.). *Land Valuers*. URL: <https://www.consumerprotection.wa.gov.au/land-valuers> (visited on 09/12/2026).
- Dablo Law Firm (2025). *Real Property Valuation under Proclamation No. 1357/2024*. URL: <https://dablolawfirm.com/real-property-valuation-under-the-proclamation-no-1357-2024/>.
- Daily News Egypt (Sept. 12, 2026). *FRA Comprehensively Updates Real Estate Valuation Standards after 11 Years*. URL: <https://www.dailynewsegypt.com/2026/09/12/fra-comprehensively-updates-real-estate-valuation-standards-after-11-years/>.
- DFDL (2023). *Cambodia: New Prakas on Real Estate Business Service Licensing*. URL: <https://www.dfdl.com/insights/legal-and-tax-updates/cambodia-new-prakas-on-real-estate-business-service-licensing/>.
- Economist Intelligence Unit (2026). *Democracy Index 2025*. Four bands: full democracy 8.00–10.00; flawed democracy 6.00–7.99; hybrid regime 4.00–5.99; authoritarian regime below 4.00. URL: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2025/>.
- European Parliament and Council (2014). *Directive 2014/17/EU on Credit Agreements for Consumers Relating to Residential Immovable Property*. URL: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32014L0017>.

- European Parliament and Council (2024). *Regulation (EU) 2024/1623 Amending Regulation (EU) No 575/2013 (CRR3)*. URL: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=OJ:L_202401623.
- Financial Accounting Standards Board (n.d.). *Accounting Standards Codification Topic 820, Fair Value Measurement*. URL: <https://asc.fasb.org/820/> (visited on 09/12/2026).
- Financial Regulatory Authority, Egypt (n.d.). *Asset Revaluation Experts*. URL: <https://fra.gov.eg/en/asset-revaluation-experts-p/> (visited on 09/12/2026).
- Freddie Mac (n.d.). *Uniform Appraisal Dataset (UAD) and Forms Redesign*. URL: <https://sf.freddiemac.com/tools-learning/uniform-mortgage-data-program/uad> (visited on 09/12/2026).
- Ghana Institution of Surveyors (n.d.). *Ghana Institution of Surveyors*. URL: <https://www.ghis.org.gh/> (visited on 09/12/2026).
- Government of Dubai (2015). *Executive Council Resolution No. (37) of 2015 Regulating the Real Property Valuation Profession*. URL: [https://dlp.dubai.gov.ae/Legislation%20Referece/2015/Executive%20Council%20Resolution%20No.%20\(37\)%20of%202015.html](https://dlp.dubai.gov.ae/Legislation%20Referece/2015/Executive%20Council%20Resolution%20No.%20(37)%20of%202015.html).
- Government of the Republic of Armenia (Aug. 24, 2022). *Decision No. 1355-N of 24 August 2022 Approving the Valuation Standards*. URL: <https://www.arlis.am/DocumentView.aspx?DocID=167982>.
- Government of Viet Nam (2024). *Decree 78/2024/ND-CP Detailing the Law on Prices regarding Valuation*. URL: <https://vanban.chinhphu.vn/?pageid=27160&docid=210415>.
- Hashemite Kingdom of Jordan (2020). *Regulation No. 37 of 2020 on Real Estate Valuation and the Registration of Real Estate Appraisers*. URL: <https://qistas.com/legislations/jor/view/MzE2MDQ5NDQ=> (visited on 09/19/2026).
- Hong Kong Institute of Surveyors (Dec. 31, 2024). *HKIS Valuation Standards 2024*. Server refused the fetch on 2026-09-12; edition and date from the institute's listing. URL: https://www.hkis.org.hk/ufiles/HKIS-Valuation-Standard-2024_final.pdf.
- Inland Revenue Authority of Singapore (n.d.). *About Appraiser's Licence*. URL: <https://www.iras.gov.sg/taxes/property-tax/property-professionals/appraisers-valuer/about-appraiser's-licence> (visited on 09/12/2026).
- Insolvency and Bankruptcy Board of India (2026). *Companies (Registered Valuers and Valuation) Rules, 2017, as Amended*. URL: <https://ibbi.gov.in/uploads/rules.pdf>.
- Institute of Chartered Accountants of India (2018). *ICAI Valuation Standards 2018*. URL: <https://icairvo.in/documents/ICAI%20VALUATION%20STANDARDS.pdf>.
- Institution of Surveyors of Kenya (Aug. 2025). *Press Release on the Valuation Policy*. URL: <https://isk.or.ke/wp-content/uploads/2025/08/PRESS-RELEASE-VALUATION-POLICY.pdf>.
- Instituto Geográfico Agustín Codazzi (July 31, 2026). *Resolución 941 de 2026*. URL: <https://www.igac.gov.co/transparencia-y-acceso-a-la-informacion-publica/normograma/resolucion-941-de-2026>.
- Instituto Nacional de Normalización (2021). *NCh3658/1:2021 Tasación de bienes, obligaciones y derechos – Parte 1*. URL: <https://www.inn.cl/nch365812021>.
- Interagency Land Acquisition Conference (2016). *Uniform Appraisal Standards for Federal Land Acquisitions (the Yellow Book)*. Sixth edition. URL: <https://www.justice.gov/file/408306/download> (visited on 09/20/2026).
- International Accounting Standards Board (May 2011). *IFRS 13 Fair Value Measurement*. Effective 1 January 2013. URL: <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-13-fair-value-measurement/>.
- International Association of Assessing Officers (n.d.). *Technical Standards*. URL: https://www.iaao.org/wcm/Resources/Publications_access/Technical_Standards/wcm/Resources_Content/Pubs/Technical_Standards.aspx (visited on 09/12/2026).

- International Monetary Fund (Apr. 2026). *World Economic Outlook, April 2026: GDP, Current Prices (NGDPD), Billions of U.S. Dollars*. IMF DataMapper; 2026 projections. URL: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO> (visited on 10/06/2026).
- International Valuation Standards Council (Oct. 31, 2017). *Panamerican Union of Valuation Associations Joins IVSC*. URL: <https://www.ivsc.org/panamerican-union-of-valuation-associations-joins-ivsc/>.
- (2018). *Abu Dhabi Adopts IVS*. URL: <https://ivsc.org/abu-dhabi-adopts-ivs/>.
- (2019). *Dubai Mandates the Use of International Valuation Standards as It Publishes the Revamped Emirates Book*. URL: <https://ivsc.org/dubai-mandates-the-use-of-international-valuation-standards-as-it-publishes-the-revamped-emirates-book/>.
- (Sept. 2021). *Case Study: Tajeem, the Saudi Authority for Accredited Valuers*. URL: <https://www.ivsc.org/wp-content/uploads/2021/09/Tajeemcasestudy.pdf>.
- (Jan. 31, 2024). *International Valuation Standards*. Effective 31 January 2025. URL: <https://www.ivsc.org/standards/international-valuation-standards/>.
- (n.d.[a]). *IVS Translated into Hebrew*. URL: <https://ivsc.org/ivs-translated-into-hebrew/> (visited on 09/12/2026).
- (n.d.[b]). *IVSC Members*. URL: <https://www.ivsc.org/members/> (visited on 09/12/2026).
- Japan (1963). *Fudōsan no kantei hyōka ni kansuru hōritsu (Act No. 152 of 1963)*. URL: <https://laws.e-gov.go.jp/api/1/lawdata/338AC0000000152>.
- Japan Association of Real Estate Appraisers (2023). *Real Estate Appraisal Standards (English Translation)*. URL: https://jarea.org/english/appraisal_standards/index.html.
- Kementerian Keuangan Republik Indonesia (2014). *Peraturan Menteri Keuangan Nomor 101/PMK.01/2014 tentang Penilai Publik*. URL: <https://jdih.kemenkeu.go.id/dok/101-pmk-01-2014>.
- Lembaga Penilai, Pentaksir, Ejen Harta Tanah dan Pengurus Harta Malaysia (2025). *Malaysian Valuation Standards*. Site unreachable on 2026-09-12; seventh-edition effective date taken from practitioner reports. URL: <https://lpeph.gov.my/standards>.
- Menes (n.d.). *FSO I: Structure of Valuation Standards (text)*. URL: <https://menes.ru/standarty-otsenki/fso1-struktura-standartov-ocenki/> (visited on 09/12/2026).
- Minister Rozwoju i Technologii (2023). *Rozporządzenie z dnia 5 września 2023 r. w sprawie wyceny nieruchomości (Dz.U. 2023 poz. 1832)*. URL: <https://isap.sejm.gov.pl/isap.nsf/download.xsp/WDU20230001832/0/D20231832.pdf>.
- Ministerio de Economía (2003). *Orden ECO/805/2003 sobre normas de valoración de bienes inmuebles*. URL: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2003-7253>.
- Ministerio de Vivienda, Construcción y Saneamiento (2016). *Resolución Ministerial N° 172-2016-VIVIENDA: Reglamento Nacional de Tasaciones*. URL: <https://www.gob.pe/institucion/vivienda/normas-legales/12700-172-2016-vivienda>.
- Ministry of Economic Development of the Russian Federation (Apr. 14, 2022). *Order No. 200 of 14 April 2022 Approving Federal Valuation Standards I–VI and Amending Standards 7–11*. URL: https://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_415358/.
- Ministry of Finance, Royal Government of Bhutan (Nov. 2023). *Amended Land Compensation Rates 2023*. URL: <https://www.mof.gov.bt/wp-content/uploads/2023/11/Amended-LCR-2023.pdf>.
- Ministry of Land, Infrastructure, Transport and Tourism (May 1, 2014). *Fudōsan kantei hyōka kijun (Real Estate Appraisal Standards)*. URL: https://www.mlit.go.jp/totikensangyo/otikensangyo_tk4_000024.html.
- Ministry of the Interior, Republic of China (Taiwan) (Dec. 20, 2013). *Real Estate Appraisal Technical Rules*. URL: <https://law.moj.gov.tw/LawClass/LawAll.aspx?pcode=D0060077>.
- National People’s Congress (July 2, 2016). *Zichan pinggu fa (Asset Appraisal Law of the People’s Republic of China)*. Wikisource text of the law; in force 1 December 2016. URL:

- <https://zh.wikisource.org/wiki/%E4%B8%AD%E5%8D%8E%E4%BA%BA%E6%B0%91%E5%85%B1%E5%92%8C%E5%9B%BD%E8%B5%84%E4%BA%A7%E8%AF%84%E4%BC%B0%E6%B3%95>.
- Nederlands Register Vastgoed Taxateurs (2025). *Regelgeving*. URL: <https://www.nrvt.nl/voor-register-taxateurs/regelgeving>.
- Nepal Rastra Bank (n.d.). *Unified Directives*. URL: https://www.nrb.org.np/bfr/unified-directives-_2067-_english/ (visited on 09/12/2026).
- Nigerian Institution of Estate Surveyors and Valuers (2018). *Nigerian Valuation Standards (The Green Book)*. URL: https://niesv.org.ng/newsdocs/Green_Book.pdf.
- Office of the Superintendent of Financial Institutions (2017). *Guideline B-20: Residential Mortgage Underwriting Practices and Procedures*. URL: <https://www.osfi-bsif.gc.ca/en/guidance/guidance-library/residential-mortgage-underwriting-practices-procedures>.
- Ordre des évaluateurs agréés du Québec (Mar. 24, 2025). *Normes de pratique professionnelle*. URL: <https://oeaq.qc.ca/actualites-et-publications/normes-pratique-professionnelle/>.
- Pakistan Banks' Association (Mar. 2026). *Guidelines for Enlistment and Monitoring of Professional Valuers*. URL: <https://pakistanbanks.org.pk/wp-content/uploads/2026/03/Guidelines-for-Enlistment-and-Monitoring-of-Professional-Valuers.pdf>.
- Parliament of Uganda (Sept. 4, 2025). *Real Estate Sector Leaps Forward: Passing of the Valuation Bill*. URL: <https://www.parliament.go.ug/news/4188/real-estate-sector-leaps-forward-passing-valuation-bill>.
- Penilaian.id (Jan. 30, 2025). *KEPI dan SPI Edisi VII-2018 Disusun Berdasarkan IVS 2017*. URL: <https://penilaian.id/2025/01/30/kepi-dan-spi-edisi-vii-2018-disusun-berdasarkan-ivs-2017/>.
- Property Institute of New Zealand (2025). *IVS – International Valuation Standards*. URL: <https://www.propertyinstitute.nz/ivs>.
- Real Estate Council of Alberta (n.d.). *Real Estate Appraisal*. URL: <https://www.reca.ca/consulters/property-considerations/real-estate-appraisal/> (visited on 09/19/2026).
- Real Estate Regulatory Authority, Kingdom of Bahrain (2022). *Bahrain Valuation Standards*. URL: <https://www.rera.gov.bh/Media/downloads/valuers/BVS-En.pdf>.
- Republic of Armenia (Dec. 10, 2021). *Law on Valuation Activity, HO-419-N*. URL: <https://www.arlis.am/DocumentView.aspx?DocID=159023>.
- Republic of Azerbaijan (Dec. 8, 2023). *Law on Valuation Activity, No. 1052-VIQ of 8 December 2023*. URL: <https://e-qanun.az/framework/55994> (visited on 09/19/2026).
- Republic of Belarus (Oct. 13, 2006). *Presidential Decree No. 615 of 13 October 2006 on Valuation Activity (as amended 27 June 2024)*. URL: <https://pravo.by/document/?guid=3871&p0=P30600615> (visited on 09/12/2026).
- Republic of China (Taiwan) (Aug. 7, 2024). *Real Estate Appraiser Act*. URL: <https://law.moj.gov.tw/LawClass/LawAll.aspx?pcode=D0060076>.
- Republic of Kazakhstan (Jan. 10, 2018). *Law No. 133-VI of 10 January 2018 on Valuation Activity, Articles 13 and 23*. Consulted on a mirror; the official adilet.zan.kz database was unreachable. URL: https://kodeksy-kz.com/ka/ob_otsenochnoj_deyatelnosti/13.htm (visited on 09/12/2026).
- Republic of Kenya (n.d.). *Valuers Act, Chapter 532*. URL: <http://kenyalaw.org/kl/fileadmin/pdfdownloads/Acts/ValuersActCap532.pdf>.
- Republic of Korea (Aug. 10, 2023). *Gamjeongpyeongga mit gamjeongpyeonggasa e gwanhan beomnyul (Act on Appraisal and Certified Appraisers), Act No. 19403*. Korean title: Act on Appraisal and Certified Appraisers; consulted via the National Law Information Center. URL: <https://www.law.go.kr/>.

- Republic of Rwanda (May 17, 2010). *Law No. 17/2010 Establishing and Organising the Real Property Valuation Profession in Rwanda*. URL: https://www.lands.rw/fileadmin/user_upload/LANDS/Publications/Laws/Valuation_law_Gazetted_on_17.05.2010.pdf.
- Republic of South Africa (2000). *Property Valuers Profession Act 47 of 2000*. URL: https://www.saflii.org/za/legis/consol_act/pvpa2000363/.
- Republic of Uzbekistan (Aug. 19, 1999). *Law No. 811-I of 19 August 1999 on Valuation Activity (as amended to 2025)*. URL: <https://lex.uz/docs/24701> (visited on 09/12/2026).
- República Oriental del Uruguay (1983). *Decreto-Ley 15.508 de 1983: Rematadores*. URL: <https://www.impo.com.uy/bases/decretos-ley/15508-1983>.
- Republik Österreich (1992). *Liegenschaftsbewertungsgesetz (LBG), BGBl. Nr. 150/1992*. URL: <https://www.ris.bka.gv.at/GeltendeFassung.wxe?Abfrage=Bundesnormen&Gesetzesnummer=10003036> (visited on 09/12/2026).
- Republika Srbija (2016). *Zakon o proceniteljima vrednosti nepokretnosti*. Službeni glasnik RS, br. 108/2016 and 113/2017. URL: <https://mfin.gov.rs/sr/propisi-1/-zakon-o-proc-eniteljima-vrednosti-nepokretnosti-sluzbeni-glasnik-rs-br-10816-1> (visited on 09/19/2026).
- Reserve Bank of India (2007). *Guidelines on Valuation of Properties – Empanelment of Valuers*. URL: <https://www.rbi.org.in/commonman/Upload/English/Notification/PDFs/103CA040711F.pdf>.
- Royal Institution of Chartered Surveyors (Dec. 2024). *RICS Valuation – Global Standards*. Effective 31 January 2025. ISBN 978-1-78321-546-1. URL: <https://www.rics.org/profession-standards/rics-standards-and-guidance/sector-standards/valuation-standards/red-book/red-book-global> (visited on 09/19/2026).
- (n.d.). *Real Estate Valuation in Israel*. URL: <https://ww3.rics.org/uk/en/journals/property-journal/real-estate-valuation-in-israel-.html> (visited on 09/12/2026).
- Russian Federation (July 29, 1998). *Federal Law No. 135-FZ of 29 July 1998 on Valuation Activity in the Russian Federation (as amended to 2026)*. URL: https://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_19586/ (visited on 09/12/2026).
- (July 3, 2016). *Federal Law No. 237-FZ of 3 July 2016 on State Cadastral Valuation*. URL: https://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_200504/ (visited on 09/12/2026).
- Sermaye Piyasası Kurulu (Feb. 1, 2017). *Sermaye Piyasasında Değerleme Standartları Hakkında Tebliğ (III-62.1)*. Official Gazette 29966. URL: <https://spk.gov.tr/duyurular/basin-duyurulari/2017/sermaye-piyasasinda-degerleme-standartlari-hakkinda-teblig-ile-ilgili-basin-duyurusu>.
- Sermaye Piyasası Lisanslama Sicil ve Eğitim Kuruluşu (n.d.). *Lisans Türleri*. URL: <https://spl.com.tr/lisans-turleri/> (visited on 09/12/2026).
- Singapore Institute of Surveyors and Valuers (n.d.). *Valuation Standards and Practice Guidelines*. URL: <https://www.sisv.org.sg/vgp.aspx> (visited on 09/12/2026).
- Slovenská republika (2004). *Zákon č. 382/2004 Z. z. o znalcoch, tlmočníkoch a prekladateľoch*. URL: <https://www.slov-lex.sk/ezbierky/pravne-predpisy/SK/ZZ/2004/382/>.
- South African Council for the Property Valuers Profession (Jan. 2025). *South African Valuation Standards*. URL: <https://www.sacvp.co.za/standards/>.
- Sri Lanka (1975). *Institute of Valuers of Sri Lanka Law, No. 33 of 1975*. URL: https://www.commonlii.org/lk/legis/num_act/iovos1133o1975413/.
- Sultanate of Oman (Sept. 10, 2025). *Royal Decree 79/2025*. URL: <https://decree.om/2025/rd20250079/>.
- Superintendencia de Bancos del Ecuador (2020). *Normas para la calificación y registro de peritos valuadores (Libro I, Título XVII, Capítulo IV)*. URL: https://www.superbancos.gob.ec/bancos/wp-content/uploads/downloads/2020/07/L1_XVII_cap_IV.pdf.
- Taxmann (2026). *IBBI Amends Liquidation Regulations, Revises Valuation Reporting Norms*. Reports Circular IBBI/RV/93/2026 making IVS mandatory for IBC valuations. URL: <https://>

- [//www.taxmann.com/post/blog/ibbi-amends-liquidation-regulations-revises-valuation-reporting-norms](https://www.taxmann.com/post/blog/ibbi-amends-liquidation-regulations-revises-valuation-reporting-norms).
- Tecnoborsa (2025). *Il Codice delle Valutazioni Immobiliari*. URL: <https://www.tecnoborsa.com/il-codice-delle-valutazioni-immobiliari>.
- TEGoVA (2025). *European Valuation Standards 2025*. URL: https://tegova.org/static/60080e3fa590549029f8358dabce4508/EVS%202025_1.pdf.
- (n.d.). *Members*. URL: <https://tegova.org/members/> (visited on 09/12/2026).
- The Appraisal Foundation (2024). *Uniform Standards of Professional Appraisal Practice (USPAP)*. URL: <https://www.appraisalfoundation.org/pages/uspap>.
- The Daily Star (2024). *BB Enlists 131 Collateral Valuation Firms to Curb Loan Fraud*. URL: <https://www.thedailystar.net/business/news/bb-enlists-131-collateral-valuation-firms-curb-loan-fraud-4266996>.
- Times Kuwait (2026). *New Real Estate Valuation Rules to Improve Property Price Accuracy in Kuwait*. URL: <https://timeskuwait.com/new-real-estate-valuation-rules-to-improve-property-price-accuracy-in-kuwait/>.
- Tribunal de Tasaciones de la Nación (2025a). *Normas Nacionales de Valuación*. URL: <https://www.argentina.gob.ar/tribunal-de-tasaciones-de-la-nacion/normas-nacionales-de-valoracion>.
- (Oct. 23, 2025b). *Resolución 80/2025: Digesto de Normas Nacionales de Valuación*. URL: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/norma-419266/texto>.
- Türkiye Değerleme Uzmanları Birliği (2017). *Genelge No. 3: Uluslararası Değerleme Standartları*. URL: https://tdub.org.tr/uploads/1714051034_0dd0ac7d5c6530e0b9db.pdf.
- United Republic of Tanzania (2016). *Valuation and Valuers Registration Act, Chapter 138 (R.E. 2023)*. URL: <https://www.vkadvocates.co.tz/LIBRARY/Cap.%20138%20Valuation%20and%20Valuers%20Registration%20Act,%20R.E%202023.pdf>.
- Valuers Association of Thailand (n.d.). *About Us*. URL: <https://vat.or.th/about-us/> (visited on 09/12/2026).
- Verkhovna Rada of Ukraine (July 12, 2001). *Law No. 2658-III on Valuation of Property, Property Rights and Professional Valuation Activity*. URL: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/2658-14/print> (visited on 09/12/2026).
- Vietnam Valuation Association (n.d.). *Van ban phap luat ve tham dinh gia (Legal Texts on Valuation)*. Vietnamese title given without tone marks: the article builds under pdfLaTeX, and biber re-encodes accent macros to characters T1 cannot set. URL: <https://hoithamdingia.vn/van-ban-phap-luat-ve-tham-dinh-gia> (visited on 09/12/2026).